

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

LUCIANO MENDONÇA DE LIMA

FREGANDO PEÇAS E CATIVANDO SONHOS: ESCR  
VIDÃO E RESISTÊNCIA EM CAMPINA GRANDE  
(1850-1888)

Monografia apresentada à banca  
examinadora composta pelos pro-  
fessores Eliete de Queiroz G.  
Silva, Durval Muniz de Albuquer-  
que e Josefa Gomes de Almeida,  
conforme exigência de conclusão  
do Curso de Bacharelado em His-  
tória da Universidade Federal  
da Paraíba - Campus II.

CAMPINA GRANDE - PB

1989



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

DEDICATÓRIA

À Maria do Socorro Mendonça de  
Lima, minha mãe.

À memória de sua vida e de sua  
morte.

(1935-1989)

## SUMÁRIO

	Pags.
INTRODUÇÃO .....	ii
 <u>CAPÍTULO I</u>	
Padrão e Tendência de Posse da População Escrava em Campina Grande na segunda Metade do Séc. XIX .....	01
 <u>CAPÍTULO II</u>	
Sociedade e Suas Lutas: A Resistência Escrava em Campina Grande .....	26
 <u>CAPÍTULO III</u>	
"Para nossa Maior Garantia e Segurança": As Cartas de Alforria em Campina Grande .....	58
 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	87
 BIBLIOGRAFIA .....	90

## INTRODUÇÃO

Dentre os vários documentos arquivados atualmente no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande (e que teimam em resistir a ação implacável do tempo e da irresponsabilidade dos poderes públicos) um nos chamou a atenção pela sua riqueza de detalhes e as questões que suscita para o historiador.

Trata-se de um processo-crime datado do ano de 1903, cujo protagonista principal foi o indivíduo de nome Francisco Pedro de Sousa.

Francisco é o que poderíamos classificar de médio proprietário local arruinado, devido ao processo de transformação que resultou na transição da sociedade escravista para a sociedade capitalista aqui em Campina Grande.

Por está demonstrando claros sinais de demência, em 1903 o nosso Francisco foi levado às barras do tribunal para ser interrogado. Sinais concretos deste estado de demência foram apontados por testemunhas e parentes: Francisco se desfez, sem critérios, de seus bens e juntou pedras comuns dizendo que cresceriam e virariam ouro e prata, além de incomodar os vizinhos ao convidá-los para visitar o Imperador D. Pedro II.

Depois de confirmar todas as histórias em seu depoimento, o nosso interlocutor ainda diz estar com uma viagem marcada para Angola, de onde esperava trazer de 2 a 3 barcas de negros para vender no lugar onde mora, e desta forma ficar rico com os lucros provenientes da comercialização dos ditos escravos.

História como esta pode parecer meio extemporânea para nós, apegados a outros valores. Porém, para os protagonistas que a vivenciaram, elas tem sentido e uma lógica específica, não podendo ser encarada como frutos de uma mera alucinação de um indivíduo, que arruinado economicamente evoca fantasmas de um passado "glorioso"

A partir dela podemos perceber que, mesmo passados já 15 anos de abolição do trabalho escravo no Brasil, a escravidão ainda fazia eco no imaginário da sociedade campinense.

Escravidão, eis aí o tema sobre o qual versa o nosso trabalho de Conclusão de Curso, que está assim estruturado:

No 1º Capítulo, intitulado "PADRÃO E TENDÊNCIA DE POSSE DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM CAMPINA GRANDE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX", após caracterizarmos em linhas gerais as atividades sócio-econômicas locais, tentaremos inserir neste contexto a escravidão. Baseado em dados empíricos e em informações dos autores lidos buscaremos pôr as seguintes idéias em relevo: importância do trabalho escravo para as atividades econômicas do município, mesmo entendendo que o período é de claro declínio da escravidão; estrutura de posse de escravos baseada em pequenos e médios proprietários de acordo com os padrões locais; grande peso dos escravos no valor do montante geral dos bens dos proprietários.

No 2º Capítulo, trataremos de entender as várias formas de manifestação de luta de classes entre es

vos e senhores no antigo município de Campina Grande. Neste capítulo, intitulado "A SOCIEDADE E SUAS LUTAS: A RESISTÊNCIA ESCRAVA E SUAS LUTAS", priorizamos os mecanismos de controle social utilizados pelos agentes sociais dominantes no sentido de manterem os trabalhadores escravos como mão-de-obra dócil e, ao mesmo tempo entender como estes últimos se posicionavam frente a estes tipos de controle.

Destacaremos em especial os padrões de criminalidade escrava em Campina Grande lançando mão da documentação existente. Neste sentido, encaramos o crime escravo como fenômeno social da vida cotidiana, resultado da dinâmica da relação senhor-escravo e um dos momentos da consciência escrava historicamente condicionada.

A participação dos trabalhadores escravos no movimento dos Quebra-Quilos na segunda metade do século passado, será resgatada dentro de uma nova perspectiva interpretativa, na qual enfatizaremos as motivações desta participação e o sentido próprio que aqueles escravos deram ao referido movimento.

Por fim, no último capítulo do trabalho será tratado o tema das "ALFORRAS NO ANTIGO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE ENTRE 1858 e 1888". Com base no resultado das 115 Cartas de Liberdade pesquisadas, tentaremos traçar algumas variantes tais como: modalidades de alforrias, distribuição por sexo, idade e cor.

Após inserirmos as práticas de alforria no contexto da história de Campina Grande, também alçaremos algumas comparações com estudos sobre o nosso tema já disponíveis para outras regiões escravistas no Brasil do século

passado.

Finalizando este último capítulo, procuraremos entender as motivações que levavam os senhores a legitimarem seu ato de alforriar escravos e a mentalidade escravista que brotava destes discursos, como também resgatar as complexas teias sociais que vinculavam senhores e escravos.

Para atingir os objetivos do nosso trabalho, expostos em linhas gerais nas linhas precedentes, lançamos mão de várias fontes documentais. Neste universo de fontes, destacam-se as cartoriais, incluindo aí os inventários post mortem, as cartas de alforrias e os processos criminais.

As fontes cartoriais, a partir de seu uso sistemático, vêm contribuindo para lançar luz em aspectos até então negligenciados para a história social da escravidão no Brasil.

Este trabalho de pesquisa nas instituições cartoriais talvez tenha sido o primeiro grande desafio para nós enquanto historiador. Nestes vários meses de duração da nossa pesquisa, sentimos na pele o quanto é dura a tarefa daqueles que optam pelo ofício de resgatar a história dos homens, num país como o Brasil.

Na verdade, o que constatamos foi toda uma documentação riquíssima para a reconstrução da história da escravidão em nossa cidade sendo destruída pela ação implacável do tempo. Este processo se deve sem dúvida à falta de uma política de preservação por parte das instituições, em especial o poder público.

A tão alegada falta de documentação para se recuperar o passado escravista em nossa cidade talvez se deva muito mais a este verdadeiro "genocídio da memória histórica" resultante desta política irresponsável das elites dirigentes do que a ação dos "sedeciosos de Quebra-Quilos", como querem os nossos preconceituosos historiadores provincianos.

Mas apesar de todas estas dificuldades enfrentadas pelo trabalho, até certo ponto penoso, no final as recompensas foram bem maiores do que os sacrifícios.

As horas e horas a fio debruçadas sobre estes documentos manuscritos, muitas vezes guardados em arquivos poeirentos e improvisados, nos remeteram a uma viagem no tempo reveladora de uma sociedade complexa e contraditória.

Nela o que vimos foram histórias de homens e mulheres transgredindo as normas sociais estabelecidas por aqueles que procuravam enquadrá-los no papel de "testemunhas mudas da vida social". Neste sentido, apesar de todas as dificuldades geradas pela exploração e opressão desta sociedade, aqueles homens e mulheres anônimos ao se colocarem como sujeitos de suas histórias frente a seus senhores e os demais grupos sociais humanizaram desta forma seus atos, buscando desta maneira novas estratégias de sobrevivência.

Além das fontes primárias pesquisadas, lançamos mão de uma razoável bibliografia sobre o tema, que nos permitiu um sábio embasamento teórico-metodológico. Mesmo assim, preferimos não escrever um capítulo de cunho teórico à parte, como é costume nos trabalhos acadêmicos, pois entendemos que seria mais proveitoso para a perspectiva que pre-

tendíamos, ir conversando com a bibliografia ao longo de todo o trabalho e, desta maneira, explicitando a nossa posição a cerca das questões teóricas suscitadas pela pesquisa.

Não existe na historiografia local nenhum trabalho que tenha abordado de forma mais sistemática o problema da escravidão em Campina Grande. Esperamos que o nosso trabalho possa não só enriquecer a bibliografia local, mas também, contribuir para a discussão de aspectos da nossa história que ainda hoje se fazem presentes.

## AGRADECIMENTOS

O velho Marx já reconhecia que o trabalho científico por mais individual que fosse não deixava de ser um ato social porque humano. Durante os vários meses necessários para a concretização da presente monografia, pude sentir mais claramente a real dimensão deste raciocínio.

Cumpre-me registrar os agradecimentos a uma verdadeira legião de pessoas com as quais convivi nestes últimos tempos, sem as quais teria sido simplesmente impossível chegar ao ponto final do trabalho.

Aos professores do Curso, que me iniciaram no difícil ofício de historiador, em especial a Marly Vianna. Foi a partir de diversas conversas travadas com ela, que o tema da escravidão foi se delineando para mim.

A Eliete Gurjão, por ter aceito o desafio de ser orientadora de um tema do qual não era especialista. Obrigado pelos nossos encontros e desencontros e, acima de tudo, ter me permitido trilhar meu próprio caminho em questões nas quais tínhamos claras divergências teórico-metodológicas.

Ao professor e amigo Durval Muniz, por ter sacado o espírito do trabalho e sugerido um título belíssimo.

Não poderia faltar aqui a lembrança dos colegas estudantes de história, principalmente o pessoal do meu período: a minha amiga Cassandra Verás, a Fernandinha, ao Evanildo, enfim, a todos. Sem as nossas saudáveis brincadeiras e as discussões fora e dentro da sala de aula não teria sido possível chegar são e salvo ao fim do curso.

Sou grato a todos os funcionários dos Cartórios

e demais instituições de pesquisa, que compreenderam a importância do meu trabalho e facilitaram o acesso a documentação.

A minha convivência com o pessoal da Comissão Campinense do Centenário da Abolição (em especial o Movimento Negro) reforçou a convicção de que sem o enfrentamento da questão negra no Brasil não teremos uma sociedade efetivamente democrática e libertária.

A Dona Passinha Agra que teve a gentileza de nos conceder uma entrevista histórica sobre aspectos importantes da escravidão em Campina Grande.

Meu amigo José Mário fez a revisão ortográfica e na fase final do trabalho o Maelson aceitou uma tarefa nada fácil de ser executada; decifrar os meus hieróglifos e passar para a datilografia final.

Ao pessoal da minha família, em especial meu pai, que foram obrigados a suportar nestes últimos dias um sujeito extremamente tenso.

No momento em que faço estes agradecimentos uma pessoa muito especial está ausente, e aqui estando ficaria muito feliz: Na nebulosa tarde do dia 22 de março do corrente ano, de forma inesperada e brutal, Maria do Socorro Mendonça de Lima desaparecia para sempre do nosso convívio.

Este trabalho foi escrito sob o signo de sua morte, e a ela é dedicado com toda a força da minha emoção e da minha paixão.

CAPÍTULO I: - PADRÃO E TENDÊNCIA DE POSSE DA POPULAÇÃO  
ESCRAVA EM CAMPINA GRANDE NA METADE DO SÉCU  
LO XIX.

Há toda uma tradição na historiografia local de desprezo olímpico no que se refere à importância da escravidão para a história do antigo município de Campina Grande. Nas obras destes autores consultados, poucas são as páginas dedicadas ao assunto. (1)

Mesmo sabendo que a escravidão não era o centro das preocupações destes autores, não deixa de ser estranho o tratamento dado ao tema. Ainda mais, quando sabemos que o peso do trabalho escravo para a economia e sociedade local não foi tão desprezível o quanto faz supor a maior parte destas obras.

Partindo destas preocupações, tendo como base os resultados obtidos a partir da consulta aos 499 inventários Post Mortem e seguindo a trilha aberta pela historiadora Marly Viana em sua tese de mestrado, (2) tentaremos repensar a problemática das relações escravistas em nosso município, e questionar mais à fundo este "espaço em branco" entre os historiadores locais e a escravidão.

Começemos com o quadro que se segue, aonde poderemos entender melhor o movimento e tendência da população escrava em Campina Grande.

QUADRO IPOPULAÇÃO ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA  
GRANDE - 1850/1887

ANO	Nº DE ESCRAVOS	INDICE(1850=100)
1850	3.446	100
1872	1.105	32,1
1876	1.206	35
1880	1.130	32,8
1883	952	27,6
1884	913	26,6
1886	815	23,6
1888	543	15,7

FONTE: Marly Viana, Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905). Dissert. Mest UFPB, 1985.

É uma participação considerável para os padrões da economia local. Basta, por exemplo, fazer algumas comparações com outros municípios escravista da antiga província da Paraíba do Norte.

Enquanto em 1852 as populações escravas de Areia e Bananeiras eram respectivamente de 2.020 e 1.782, a de Campina Grande permanecia em 3.446. Estas comparações nos mostra que em alguns momentos Campina Grande chegou a superar o quantitativo servil de municípios que se destacavam como maiores possuidores de escravos no quadro da Paraíba na segunda metade do século passado. (3)

Os dados contidos na tabela I demonstram que a diminuição do número de escravos no município foi uma constante. Exceção feita aos anos 1872-76, quando o número de escravos pulou de 1.105 para 1.206 (um aumento percentual de 2,9%), a tendência foi de declínio no quantitativo servil em Campina Grande.

As explicações causais para este quadro são de diversas ordens. E aí não podemos perder de vista que as injunções provenientes da conjuntura da segunda metade do século XIX desempenharam um papel importante na configuração daquela situação. (4)

Em 1850, após muitos embates entre os vários grupos de interesses tanto à nível interno como à nível externo, o tráfico negreiro para o Brasil foi finalmente proibido.

Sem sua principal fonte de renovação de mão-de-obra, o escravismo brasileiro buscou em mecanismos internos outras formas de substituir a antiga fonte externa. O tráfico interno possibilitou a redistribuição espacial da população escrava, transformando certas regiões em fornecedoras de homens e mulheres escravizados para outras províncias. (5)

Neste contexto, por uma série de razões históricas, o Nordeste (região aonde está localizado o município de Campina Grande) se constituiu na principal região fornecedora de mão-de-obra escrava para a economia cafeeira do Centro-Sul. Segundo dados coletados pelo historiador R. Courad. (6) nada menos que 400.000 escravos chegaram legalmente as províncias cafeeiras nas três décadas subsequentes

ao fim do tráfico internacional. Sem dúvida, que o Nordeste forneceu a maior parte deste contingente. Só a província da Paraíba transferiu neste lapso de tempo, aproximadamente 4.000 escravos.<sup>(7)</sup> É bom lembrar que estes números são os oficiais, e portanto, não levam em conta o contrabando feito em larga escala para fugir aos impostos cobrados pelas províncias na época.

Além desta disputa em torno daqueles homens e mulheres escravizados levados a cabo pelos grupos dominantes do Nordeste e do Centro-Sul (em que estes últimos levaram vantagem por disporem de maiores recursos e força política) fatores como as manumissões, as secas e epidemias convergiram para o declínio da população servil em Campina Grande na segunda metade do século passado.

Como o capítulo terceiro do nosso trabalho trata justamente das alferrias, deixemos estas de lado e trataremos de discutir os dois últimos fatores.

As secas são fenômenos corriqueiros na região nordestina, e vêm de muito tempo atrás. Antes da própria chegada dos europeus às terras brasileiras já ocorriam secas periódicas. No período colonial, Irineu Jofily nos informa que as primeiras notícias da seca datam de 1692.<sup>(8)</sup>

No século XIX tivemos várias secas, porém, a mais importante foi a de 1877. A partir daí a seca foi transformada em problema nacional e as elites dominantes locais buscaram articular o "discurso da seca".<sup>(9)</sup>

A seca ao desorganizar a produção, dizimar boa parte do gado e das culturas agrícolas obrigava muitos se

nhores a se desfazerem de seus escravos. No Ceará, por exemplo, só no ano de 1877 foram embarcados oficialmente pelo porto de Fortaleza 1.725 escravos. (10)

Por esta época foi criada uma junta de socorro aos flagelados da seca em Campina Grande, já que esta última se transformava em local de convergência de grandes massas de sertanejos expulsos.

Como podemos perceber a "indústria da seca" começava funcionando a todo vapor, pois quem administrava as verbas que aqui chegavam eram os donos do poder local.

É curioso notar que neste período são construídas na cidade várias obras públicas, destacando-se aí as cadeias. Epaminondas Câmara em seu livro *Datas Campinenses*, nos informa que a mando do juiz municipal Dr. Trindade, foi construída uma cadeia nas imediações da Igreja do Rosário. Aqueles mesmos homens que erguiam a construção carcerária através de seu trabalho, eram potenciais candidatos a engrossarem a legião de presos. (11)

Essa era uma das facetas da política de enfrentamento dos conflitos sociais levadas a cabo pela elite campinense, principalmente em época de secas, quando as contradições sociais afloravam com mais nitidez e força.

Para as camadas sociais dominadas, na época formada por um grande contingente de homens livres pobres e os escravos, a seca significava mais fome e miséria e desta maneira uma maior exposição a doenças. Vários surtos de peste dizimaram uma boa parte da população, principalmente das camadas populares.

Para se ter uma idéia acerca disso, basta dizer

que com o surto do colera-morbus em 1856, um terço da população do município, ou seja 1.547 pessoas morreram.<sup>(12)</sup> Não há dúvida de que os escravos, por suas condições de vida precárias, foram os que mais contribuíram para aquele montante.

Evidentemente, que as causas apontadas e comentadas por nós até aqui como fatores explicativos do movimento da população escrava em Campina Grande na segunda metade do século XIX não esgotam o assunto. A nossa única intenção ao lançar mão daqueles elementos, foi dar uma visão mais ampla ao leitor acerca da nossa temática específica.

Quem possuía escravos no município de Campina Grande?

A partir dos dados contidos nos inventários pesquisados, vejamos o montante de possuidores de escravos constatados.

#### QUADRO II

NÚMERO DOS POSSUIDORES DE ESCRAVOS SOBRE OS INVENTARIADOS EM C. GRANDE - 1850-1888

INVENTARIADOS	COM ESCRAVOS		SEM ESCRAVOS	
	Nº	%	Nº	%
499	266	53	233	47

FONTE: Inventários Post.Mort, Cartório do 3º OFÍCIO, C.G., 1850-1888

Como podemos ver no quadro II, um número significativo de proprietários possuíam escravos em Campina Grande.

Possuir escravos no antigo município de Campina Grande não era, portanto, privilégio de meia dúzia de grandes proprietários. A oferta de escravos era relativamente elástica e um número razoável de homens livres tinha acesso a posse e conseqüente exploração do seu trabalho.

Estas nossas afirmações ficam mais claras e precisas se desdobrarmos os dados brutos contidos no quadro II, com esse objetivo elaboramos abaixo uma amostra que nos permita entender melhor quem possuía escravo e em que quantidade no antigo município de Campina Grande.

#### QUADRO III

##### NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO EM CAMPINA GRANDE - 1850-1888

ESCRAVOS	ATÉ 4	5 ATÉ 9	10 ATÉ 19	ACIMA DE 20	TOTAL
PROPRIETÁRIOS	184	55	22	5	266
PERCENTAGEM	69	21	8	2	100%

FONTE: Inv. Post. Mort, Cartório do 3º Ofício, C.G., 1850/88 .

A média de escravos por proprietário chegava a aproximadamente 4 por 1. Uma média pequena se comparada aos padrões de posse dos Engenhos de açúcar nordestinos ou as fazendas de café do sudeste deste mesmo período. Esta diferença é explicável em determinadas características diferenciadoras do tipo da economia que empregava a mão de obra es

crava.

O Engenho e a Fazenda de café pelas suas características intrínsecas, comportavam um grande número de escravos. Já nas algodoeiras, aonde era empregada a maior parte dos escravos no município, como teremos oportunidade de ver mais adiante, o número era bem menor pois a quantidade de trabalho empregado exigida nesta últimas era bem menor. Além do mais, não podemos esquecer que a segunda metade do século passado (como fizemos ver no início do capítulo) é uma fase de transferência de escravos de regiões do nordeste para o centro-sul. Muitos proprietários locais tiveram que se desfazer de seus escravos neste período.

Some-se a isso as próprias limitações de capital na economia e sociedade local para a aplicação em escravos.

★ Talvez um quadro mais fidedigno nos seja proporcionado se nos valeremos da obra do historiador norte americano Eugene Genovese, no qual ele estuda a economia algodoeira do Sul dos EUA no século passado. (13)

Como sabemos, esta região dos EUA era escravista. Pois bem, o autor chega a conclusão de que metade dos escravos do sul vivia e trabalhava em sítios, ou seja propriedade com menos de 20 escravos.

Levando-se em consideração que a economia algodoeira do Sul dos EUA era muito mais capitalizada do que a do antigo município de Campina Grande neste mesmo período, proporcionalmente, tem-se um quadro mais aproximado no que se refere ao padrão de posse de escravos local.

Por outro lado, a média escravo/proprietário tem

deria a subir caso os bens de alguns dos grandes proprietários tivesse sido inventariado no período em estudo. É o caso, por exemplo, de Honorato da Costa Agra e Alexandrino Cavalcante, dois dos maiores proprietários de escravos no antigo município de Campina Grande. Basta dizer que o primeiro chegou a possuir aproximadamente 200 escravos espalhados por mais de 48 propriedades nas províncias da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.<sup>(14)</sup> Ocorre que os bens destes e de outros proprietários só foram inventariados após 1888, época em que há via sido abolida a escravidão no Brasil.

Alguns proprietários possuíam um número considerável de trabalhadores escravizados, para os padrões locais. É o caso de alguns membros da família Alves Viana, uma das mais influentes da classe dominante local.

No inventário do capitão-mor Bento Alves Viana detectamos a existência de 57 escravos avaliados na época (1844) em 13.680 contos de réis. Já João Alves possuía um plantel de 42 escravos avaliados em 11.000 contos de réis.<sup>(15)</sup>

Outra família influente, componente da classe dominante local, que tinha muitos escravos eram os Pereira de Araújo. Pelo menos é essa a conclusão que chegamos pela avaliação de dois inventários dos bens de membros da citada família. O tenente coronel da Guarda Nacional, Manuel Pereira de Araújo, dentre seus bens inventariados que incluía gado, casa e terra registra a presença de 31 escravos avaliados em 9 contos de réis. Seu parente, de nome João Pereira de Araújo, em 1852, era proprietário de nada menos que 41 escravos avaliados em 12 contos de réis.<sup>(16)</sup>

Se o número de grandes proprietários de escura -

vos em Campina Grande (e os exemplos citados, talvez sejam casos limites) era relativamente reduzido, por outro lado, os pequenos proprietários com 1 ou 2 escravos eram bastante numerosos. Vejamos alguns casos típicos a este respeito.

No inventário de José Alves Pereira, residente no sítio Suspiros, está registrado a existência de apenas 1 escravo avaliado em 10 mil réis.<sup>(17)</sup> Outra que se enquadra no rol dos pequenos proprietários escravistas é Rita de Santana Pereira, moradora do Marinho. Em seu inventário consta a presença de 2 escravos, avaliados no ano de 1858 em 1.700 contos de réis.<sup>(18)</sup>

Neste universo de proprietários de escravos do antigo município de Campina Grande na segunda metade do século XIX, a Igreja não foi exceção. Além de ter-se constituído numa instituição que criou um influente discurso ideológico legitimador da ordem escravista, os seus membros chegaram a possuir quantidades consideráveis de trabalhadores escravizados.<sup>(19)</sup>

É o caso do Padre Santino Maciel de Atayde, em cujos bens inventariados no ano de 1882 constam 5 trabalhadores escravizados, que foram avaliados em 2.950.000 contos de réis.<sup>(20)</sup>

O valor dos escravos para os seus proprietários em Campina Grande pode ser melhor avaliado pela seguinte história narrada por Dona Esmaraldina Agra, uma das descendentes de senhores de escravos local.<sup>(21)</sup>

O já citado Bento José Alves Viana tinha um escravo de nome Galião. Este, após anos e anos de labuta e esforço conseguiu juntar uma cuia cheia de ouro.

Feito isto, oferece ao seu proprietário em troca de sua liberdade. Porém a resposta que recebe de seu dono é a seguinte: "guarde tem ouro (Gabão) que tu vale mais que isto".

Esta resposta deve ter deixado (Gabão), bastante desapontado, mas ao mesmo tempo mostra o peso e a importância dos escravos para a economia e a sociedade campinense.

O valor dos escravos em relação ao montante dos bens gerais inventariados era bastante considerável. Isto fica mais nítido se compararmos o peso dos escravos em relação à terra, conforme tabela que se segue:

#### QUADRO IV

EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO VALOR DA TERRA E DOS ESCRAVOS SOBRE O TOTAL DOS BENS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1852/1888

VALOR DA TERRA	PORC.S/ O TOTAL	1852	1854 1857	1858 1871	1872 1874	1885 1888
Até 100\$000	Terra	3,8	2,3	2,3	1,3	0,1
	Escravo	65	52,8	56,5	58,6	14
De 100\$000 a 500\$000	Terra	10,6	8,2	9	11	14
	Escravo	54,6	63,5	50	53,3	38
De 501\$000 a 1.500\$000	Terra	19	12	12,7	19,5	27
	Escravo	47,5	30	46,7	33	37,8
De 1.501\$000 a 5.000\$000	Terra	20	26	19	20,5	...
	Escravo	34,6	50	40,6	21,5	...
De 5.001\$000 a 10.000\$000	Terra	35	40,5	37	34	...
	Escravo	47,3	30,5	44	10	...
+ 10.000\$000	Terra	33	....	....	61,5	15,5
	Escravo	18,5	....	....	15,6	33

FONTE: Marly Viana, Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840/1905). Dissertação Mestrado/UFPB, 1985.

Como podemos perceber, os escravos eram muito mais valorizados do que a terra. Só no finalzinho do período é que o valor da propriedade escrava tende a cair, explicável em parte devido ao declínio da própria instituição servil. Se aceitarmos a classificação proposta por Marly Viana<sup>(22)</sup> para os pequenos, médios e grandes proprietários, chegaremos a conclusão de que os escravos representavam mais de 50% dos bens dos primeiros; 30% a 50% no montante de bens para os segundos. No que se refere aos últimos, os escravos chegavam a girar em torno de 20% do total dos seus bens, com a ressalva de que a partir de 1885 este percentual começou a aumentar uma vez que estes grandes proprietários puderam manter seus escravos até o fim da escravidão, e até aumentá-los.

Aqui em Campina Grande repetiu-se (em certo sentido) o que ocorreu com os grandes fazendeiros de café do oeste paulista. Estes como se sabe, foram pioneiros no processo de modernização do setor de beneficiamento e transporte, aplicando vultosas quantias de capital (muitas vezes com o apoio do Estado Imperial) em máquina e quilômetros de trilhos de estradas de ferro. Mesmo com esta propensão à modernização os grandes fazendeiros paulistas permaneceram e até aumentaram o seu plantel de escravos até as vésperas da abolição. A este respeito é elucidador o estudo de Jacobo Gerender, que põe em xeque o caráter abolicionista destes fazendeiros.<sup>(23)</sup>

No antigo município de Campina Grande, os grandes comerciantes e fazendeiros de algodão também se "modernizaram". É o caso dos coroneis Alexandrino Cavalcante e Firmino Henriques da Silva.

O primeiro, que diga-se de passagem, foi o maior comerciante de algodão de Campina Grande, além de ser um dos principais credores, possuía várias casas com bolandeiras, prensas e máquinas de descaroçar algodão. O segundo, tinha bolandeiras, prensas de madeira e máquina com 24 serras.

Apesar desta claro processo de modernização no setor mais dinâmico da economia campinense foram justamente estes e mais outros grandes proprietários que permaneceram com escravos, até as vésperas da abolição. (24)

Quanto ao preço dos escravos nos mercados locais constatamos expressiva variação no período em estudo, conforme quadro abaixo.

QUADRO V

PREÇO MÉDIO DE ESCRAVO NO MUNICÍPIO DE  
CAMPINA GRANDE

ANOS	1852	1858-1871	1872-1884	1885	1888
PREÇO	800.000	1000.000 a 1500.000	800.000 a 1000.000	600.000	100.000

FONTE: Marly Viana. A Estrutura de Distribuição de Terras em C.G., Dissertação de Mestrado, UEPB, 1985.

Como podemos perceber pelos dados, até o fim da década de 70 o preço dos trabalhadores escravos no município de Campina Grande tendeu a aumentar substancialmente. A partir desta data percebe-se uma perda paulatina no seu valor, a ponto de que em março de 1888 seu preço está muito aquém do preço de mercado.

Vários fatores confluíram para a conformação do preço do escravo, cujas variantes operaram historicamente. Um elemento importante neste contexto foi a demanda nas várias conjunturas alta. Na medida em que tínhamos a expansão de uma determinada cultura, havia uma procura maior pelo braço escravo, o que tendia a elevar o seu preço.

Não podemos esquecer que foi justamente num período de expansão da economia algodoeira no município (décadas de 60 e 80) que o preço dos escravos mais subiu em Campina Grande. Além da oferta e procura, importante para se entender as flutuações no preço do trabalhador escravo, poderíamos citar, a idade, o sexo, saúde, qualificação profissional, "adaptabilidade" ao mundo do trabalho, etc. (25)

No antigo município de Campina Grande, como já fizemos notar anteriormente, não havia mercados públicos específicos para a venda de trabalhadores escravos. Geralmente os escravos eram comprados aos comerciantes do Recife.

Aqui chegando, os escravos eram distribuídos, com aqueles que tinham capital suficiente para adquiri-los, explorar e extrair o seu trabalho. O negócio era feito entre comprador e vendedor e quando fechado, ambos compareciam a um cartório de notas e na presença do tabelião para registrar em escritura legal o contrato.

Dentre os inúmeros contratos de compra e venda registrados em Campina Grande, podemos citar o seguinte, envolvendo a figura de Irineo Joffily, datada de 1876. "Escritura de venda que fez José Germano da Costa de sua escrava Rosa, preta da nação Angola, de idade 54 anos, solteira, serviços de cozinha, a Irineo Pereira Joffily por 250.000". (26)

Aparentemente, a darmos crédito a este discurso, o escravo permanecia como uma figura ausente nas transações que o envolviam. Fiel a visão do escravo-coisa veiculada pela ideologia dominante, estes documentos reforçam aos o lhos dos agentes sociais uma certa imagem das relações escravistas.

Não nos parece que nas práticas sociais cotidianas estabelecidas entre senhores e escravos os fatos se passassem assim de forma tão linear. Os escravos, apesar de serem vistos pela sociedade e costumes vigentes como coisas, não se comportavam como uma mercadoria qualquer. Mesmo no ato de compra e venda de seus corpos, eles agiam subjetivamente neste processo.

A historiadora Silva Lara<sup>(27)</sup> nos dá vários e xemplos a este respeito, em seu estudo empreendido para a sociedade dos Campos dos Goitacazes em fins do século XVIII e inícios do XIX. Ela nos relata o caso ocorrido entre Jo sé Antônio da Silva, que em troca de um empréstimo de ..... 100\$000 contraído a Manuel Ribeiro, hipotecou em nome deste último, 4 escravos avaliados em 420.000, findo o prazo e não cumprido o acordo, ambos entraram em litígio.

O interessante a notar em toda esta história é que um dos 4 escravos oferecidos como hipoteca se negou a fazer parte do negócio, alegando que preferia procurar ou tro senhor. Este pedido foi aceito pelos dois senhores, que concordaram em substituir o dito escravo.

Ora, esta história é bastante significativa, pois nos mostra um trabalhador escravizado interferindo no seu próprio processo de venda e colocando limites aos ditames

de seus senhores. Como afirma a nossa historiadora :

"Os escravos, ainda que tomados pelos seus senhores como objetos negociáveis e aceitando esta condição, não deixaram de constituir-se em sujeitos ativos e participantes da negociação. Não chegavam a interferir no seu próprio preço, mas suas ações e suas vontades influem claramente na conformação final do trato senhorial, seja em seus termos, seja até mesmo, negando-lhe possibilidade de existência". (28)

Na história de Campina Grande é interessante o caso do escravo Estevão de 20 anos cujo valor foi avaliado em 1000\$. Em 1876, seu proprietário resolveu desfazer-se do mesmo de qualquer maneira, pois o dito escravo tinha fama de possuir "péssimos costumes", além de ser fujão e ladrão. (29)

A esta altura de nosso trabalho uma pergunta vem à tona:

Aonde eram empregados os homens e mulheres escravizados no antigo município de Campina Grande?

Antes de mais nada convém caracterizar, mesmo que de forma sumária, o processo histórico de Campina Grande que culminou na configuração de sua vida econômico-social na segunda metade do século passado.

O antigo município de Campina Grande, estava situada no agreste da Borborema, região de confluência entre o sertão e o litoral. Essa posição geográfica de destaque contribuiu, em parte, para a própria conformação histórica

da região. (30)

O antigo município de Campina Grande com uma área de 3.000 Km<sup>2</sup> na segunda metade do século passado era um lugar predominantemente rural. O seu núcleo urbano, apesar de um certo desenvolvimento em fins do período estudado, era quase que uma extensão da vida rural.

Para se ter uma idéia a este respeito, o historiador Epaminondas Câmara nos dá notícia de que no ano em que foi elevada a cidade (1864) Campina tinha 3 largos, 4 ruas e cerca de 300 casas. O maior destaque nesta "paisagem urbana" eram as Igrejas da Matriz e do Rosário, a cadeia e as 2 casas de mercado. (31)

Era nos períodos de festa, principalmente no calendário religioso, que os proprietários rurais se deslocavam juntamente com seus dependentes (moradores, escravos, etc) para a cidade, não só para rezar mas também para fechar negócios e articular alianças políticas.

Neste contexto, a maior parte do contingente de trabalhadores escravos estavam empregada nas atividades agro-pastoris.

× Tanto na agricultura do algodão e produtos de subsistência, quanto nas atividades pastoris os escravos foram amplamente utilizados. Neste sentido, basta dizer que 37,5% da mão de obra utilizadas nas grandes e médias fazendas no ano de 1861 eram composta de trabalhadores escravizados. (32) Isto sem contar com as pequenas propriedades, que como vimos também empregavam escravos.

Os escravos desempenhavam os mais variados tipos de trabalho nas unidades produtivas. Nas fazendas, limpavam os terrenos, plantavam, cuidavam das culturas contra

os efeitos das ervas daninhas, além de fazerem a colheita.

No setor de beneficiamento os escravos eram tam bém empregados como fizemos ver anteriormente, os grandes produtores e comerciantes de algodão de Campina Grande eram também possuidores de grande quantidade de escravos.

Em seus inventários encontramos vários tipos de máquinas de beneficiamento do algodão, como a prensa para ensacar, a descaroçadeira e outros tipos. Todas estas má quinas eram trabalhadas pelos escravos. O que mais uma vez é confirmado pelo depoimento que tomamos com Dona Emeraldina na Agra. (33)

Descendente de grandes proprietários de terras e escravos da região, nossa entrevistada nos fez mergulhar no tempo através de suas reminiscências nos descreveu com muita lucidez o cotidiano dos trabalhadores escravos nas fa zendas.

A economia do antigo município de Campina Gran de tinha grande importância na região. As feiras de gêneros alimentícios, realizadas nos sábados, e as de gado, nas quintas-feiras demonstram a expressividade das atividades a gropecuárias.

Em todas estas atividades os escravos fizeram parte trabalhando, lutando e resistindo.

## NOTAS DO 1º CAPÍTULO

- 1 - Ver a este respeito JOFFYLY, Irineo - Notas sobre a Paraíba, Brasília, Thesaurus, 1977; ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande, 2ª ed. J.P., Editora Universitária/UFPB, 1979; ALMEIDA, Horácio - História da Paraíba, J.P., Ed. Universitária/UFPB, 1978. Vol. 2; CÂMARA, Epaninondas - Datas Campinenses, J.P., Dep. de Publicidade, 1947.

Neste sentido é interessante ver o livro deste último autor. De um montante de 237 páginas de que o livro é composto, basta dizer que só é dedicado ao tema da escravidão apenas 23 linhas. Se bem que o autor teve a lúcida preocupação de afirmar que desde o começo da história da colonização de Campina Grande, os proprietá - rios locais só se preocupavam em "arranjar o maior nú mero de escravos".

- 2 - VIANA, Marly de Almeida Gomes - A Estrutura de Distri - buição de Terra de Campina Grande (1840-1905), Disser - tação de Mestrado, UFPB - 1985.

Queremos desde já agradecer a autora por nos ter permitido o acesso aos dados brutos dos inventários origi - nalmente pesquisados pela mesma.

Apesar de não concordamos com algumas das conclusões da autora, não temos dúvidas de afirmar que com o seu tra - balho abriram-se novas perspectivas para o estudo da escravidão em Campina Grande. Além do mais com a docu - mentação inédita que veio à luz como resultado do seu

imenso esforço de pesquisa, caiu definitivamente por terra a "lenda histórica", conforme a qual em nossa cidade não existiria fonte para o estudo da escravidão em função da ação dos "cedeciosos" de Quebra-Quilos em 1874-75.

- 3 - Sobre a escravidão nestes dois municípios, JORDÃO, Antônio Barbosa - Estudo dos Batistérios de Escravos em Bananeiras (1871-1888). Monografia de Conclusão de Curso, UFPB, 1985; p. 20/54; ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia, 2ª ed. J.P., Editora Universitária, UFPB, 1980.
- 4 - Para uma compreensão mais aprofundada desta conjuntura e o quadro histórico de que daí resultou ver as seguintes obras: FURTADO, Celso. - Formação Econômica do Brasil, 22ª Ed., S.P., Edit. Nacional, 1987, p. 117/141; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy - O Regionalismo Nordestino, S.P., Moderna, 1984.; MELO, Evaldo Cabral de. - O Norte Agrário e o Império (1871-1889), R.J. Nova Fronteira, p. 21/92; EISENBERG, Peter. L. - Modernização sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco (1840 - 1910), R.J., Paz e Terra/UNICAMP, 1977.
- 5 - CONRAD, Robert. - Tumbeiros: O Tráfico de Escravos para o Brasil, S.P., Brasiliense, 1985, p.187/207.
- 6 - Id. Ivid. - p.197
- 7 - GALIZZA, Diana Soares de. - O Declínio da Escravidão na Paraíba, J.P., Ed. Universitária/UFPB, 1979 - p.139.

Em um processo-crime que pesquisamos do ano de 1872 ficamos sabendo de alguns mecanismos deste tráfico em Cam

pina Grande. Trata-se da venda de dois escravos de nome Antonio e Firmino, pertencentes a Alexandrino Cavalcante, e que rumavam para serem vendidos em Recife.

8 - JOFFILY, Irineo, Op. Cit., P. 90

9 - ALBUQUERQUE J.R. Durval Muniz - Falas de Angústia, Falas de Astúcia: A Seca no Imaginário Nordestino (1877-1922). De Problema à Solução. Dissertação de Mestrado UNICAMP, 1988.

Utilizando-se basicamente dos conceitos do Pensador Francês Michel Foucault, o autor busca entender a percepção que os vários agentes sociais faziam da seca, e a partir daí como foi possível construir o "discurso da seca" como resultado do embate destas várias visões.

10 - CONRAD, Robert - Os Últimos anos da Escravatura no Brasil (1850-1888), 2ª ed. R.J., CIV. Brasileira, 1978, p. 207/221.

11 - CÂMARA, Epaminondas, Op.Cit. p. 62.

12 - Id.Ibid., p.42-43

13 - GENOVESE, Eugene D. - A Terra Prometida: O Mundo que os escravos criaram, Vol. I, RJ., Paz e Terra, 1988, p. 25/47. Talvez esse seja um dos melhores livros escritos sobre uma sociedade escravista. Nele, o autor mostra como foi possível aos escravos (mesmo em situação histórica extremamente adversa) construir em confronto com seus senhores uma cultura que lhes permitiu garantir espaços de sobrevivência cotidianas, que os colocavam como sujeitos de sua própria história. Numa

época em que se fala tanto na crise da historiografia marxista, esta monumental obra é uma demonstração em contrário.

- 14 - Conforme informação em entrevista ao autor prestada por Dona Esmeraldina Agra em 26.02.1989.
- 15 - Inventários Post. Morten, Cartório do 3º Ofício, C.G., 1844-1848.
- 16 - Inventários Post. Morten, Cartório do 3º Ofício, C.G., 1848-1852.
- 17 - Inventários Post. Morten, Cartório do 3º Ofício, C.G., 1851.
- 18.- Inventários Post. Morten, Cartório do 3º Ofício, C.G., 1856.
- 19 - Sobre o discurso legitimador da escravidão, construído pela Igreja no Brasil ver o interessante VAINFAS, Ronald - Ideologia e Escravidão: Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial, Petrópolis, Vozes, 1986, p. 93/117.
- 20 - Inventário Post. Mortem, Cartório do 3º Ofício, C.G., 1888. Este Padre é o que poderíamos chamar de um "letrado esclarecido" da classe dominante local. Em seu inventário foi arrolada uma biblioteca contendo 60 volumes, que incluía além de obras religiosas, um livro do filósofo alemão Kant.
- 21 - Entrevista já citada.

22 - Para fazer esta classificação a autora utiliza o critério dos bens acusados nos inventários dos proprietários assim distribuídos:

Primeiro Grupo: 500\$000  
 Segundo Grupo: 501\$000 a 10.000\$000  
 Terceiro Grupo: 10000\$000 acima

VIANA, Marly de Almeida, Op. Cit., p. 63-64

23 - GORENDER, Jacob - O Escravismo Colonial, 5ª ed. SP., Ática, 1988., p. 579/598. Este autor é pioneiro na contestação da tese na época em voga segundo a qual os fazendeiros do oeste paulista teriam sido a "vanguarda" do processo abolicionista. Com sólidos argumentos, Grender vai desmontando ponto a ponto a tese de seus interlocutores e pondo à nua sua inconsistência.

Bem mais importante do que essa suposta racionalidade empresarial dos fazendeiros do oeste paulista (que de escravagistas empedernidos se transformaram em abolicionistas de última hora, em plena véspera do desfecho) contribuíram bem mais para o processo a própria luta dos escravos cujo efeito foi inviabilizar o processo produtivo e ameaçar o próprio controle da classe dominante.

24 - VIANA, Marly de Almeida., Op. Cit., p. 115/116.

25 - Para a formação de preços dos escravos no escravismo brasileiro ver especialmente, MATTOSO, Kátia M. de Queiroz - Ser Escravo no Brasil., SP., Brasiliense, 1982. p. 77/96. O preço médio de um escravo, entre 18 e 25 anos em Campina Grande se nivelou as demais regiões escravistas do nordeste neste mesmo período.

26 - Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício, C.G., 1876. São bastantes ambíguas as relações de Irineo Joffily com a escravidão. Ambiguidades que se refletem, por exemplo, no fato de o mesmo ter sido curador de vários escravos e neste sentido contribuído para que alguns alcançassem a liberdade jurídica, e ao mesmo tempo ele próprio conviver <sup>em</sup> seu teto com homens e mulheres de sua propriedade.

Nas duas obras que escreveram sobre a vida e o pensamento do nosso autor, Geraldo e José Joffily passam distante por esta questão a ponto de praticamente nenhuma linha ser escrita. As únicas escritas pelo primeiro, afirma o seguinte: ele (I.J) "não tinha e fazia questão absoluta de não ter escravos". (p.44).

Esta afirmação no mínimo carece de embasamento empírico e conforme vimos, vai de encontro a o que mostramos com a citada escritura e a o que o próprio autor da frase diz em posterior apresentação do livro de Irineo, "Notas sobre a Paraíba". Ao discutir esta questão, por tanto, esperamos não ser acusados de inquisitor e sim um historiador que tenta compreender as contradições de uma sociedade que concebe como "natural" alguns homens serem propriedade de seres humanos.

Consultar a este respeito - JOFFILY, José. Entre a Mo-narquia e a República: Idéias e Lutas de IRINEO, Joffily, R.J, Kosmos, 1982; JOFFILY, Geraldo Irineo - Um Cronista do Sertão no Século Passado, C.G., Edições da Comissão Cultural do Município/PMCG, 1965.

27 - LARA, Silvia Hunold - Campos da Violência: Escravos e

Senhores na Capitania do R. de Janeiro (1750-1808), RJ.  
Paz e Terra, 1988 - p.147/163.

28 - Id. Ibid., p. 161.

29 - Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício, C.G., 1876

30 - VIANA, Marly de Almeida, Op. Cit., p. 29/46

31.- CÂMARA, Epaniõndas, Op. Cit., p. 51.

32.- VIANA, Marly de Almeida, Op. Cit., p. 202

33 - Entrevista Citada.

CAPÍTULO II: A SOCIEDADE E SUAS LUTAS - A RESISTÊNCIA ESCRAVA EM CAMPINA GRANDE.

Em 1883, o antigo município de Campina Grande foi palco do seguinte fato, que passamos a transcrever na íntegra.

"O promotor público desta comarca vem em cumprimento do seu dever denunciar de Vicente, escravo de Cosme Rodrigues de Souza Campos pelo assassinato deste, dado pela maneira seguinte:

Havendo no dia 25/06/1883 próximo passado o denunciado voltado para casa de seu senhor, bem como os demais escravos do mesmo, que como eles se haviam retirado na véspera, sem licença do infeliz Cosme esse a fim de manter a disciplina inflingiu um moderado castigo a todos e mandou-os para o trabalho. Mas o escravo denunciado, que já havia prometido vingança, se sofresse qualquer castigo, tomando de foice e de um machado, instrumentos de seu trabalho, seguiu caminho do roçado, mas antes que lá chegasse emboscou-se a guardando a passagem de seu senhor, até que esta realizou-se e então o denunciado com mão certa desfechou com a foice um tremendo golpe no pescoço do infeliz Cosme, cravando-lhe em seguida quatro grandes punhaladas como sendo consta do exame cadavérico, depois do que arrastan

do para dentro do mato e desapareceu para saborear sua vingança"<sup>(1)</sup>.

Passados mais de cem anos, acontecimentos como estes continuam a desafiar a imaginação dos historiadores a cerca de seu(s) significado(s) histórico(s) e nos levam a refletir sobre vários aspectos que dão conformação às sociedades escravistas.

Sociedades estas baseadas em relações assimétricas entre homens e mulheres diferenciados e cujo imperativo era a exploração e extração trabalho de senhores sobre escravos

Em um regime de exploração e dominação sobre trabalhadores escravizados se faz necessário determinados mecanismos de controle que não só disciplinem como legítimos, aos olhos dos agentes do processo social, a justiça daquelas relações.

É fato comum na historiografia da escravidão a ênfase no uso de castigos físicos como elementos disciplinadores dos escravos. O uso desta prática eram instrumentos de dominação e exercício do poder senhorial. Em pleno século XVIII o jesuíta Antonil dava o receituário aos senhores de escravos brasileiros de como tratar os escravos e mantê-los produzindo sem ameaças de revoltas.

Segundo o nosso autor "Não castigar os excessos que eles (escravos, L.M.L) cometem seria culpa não leve, porém estes se não de averiguar antes, para não castigar inocentes, e se não de ouvir os delatados e, convencidos, castigar-se-ão com açoites mo

derados ou com os meter em uma corrente de ferro por algum tempo ou tronco. Castigar com ímpeto, com ânimo vingativo, por mão própria e com instrumentos terríveis e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristões católicos. O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como foi, dando-lhes o necessário para o sustento e ves-tido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo".<sup>(2)</sup>

Ainda hoje, as imagens que brotam desta verda-deira "Pedagogia da Violência" (contida no discurso do nosso autor) fazem eco na mentalidade senhorial que sobrevive a ação do tempo, inclusive em nossa cidade.

Pelo menos é o que podemos perceber na já cita-da entrevista com Dona Esmeraldina Agra. Passamos a transcrever abaixo alguns trechos significativos deste depoimento que ajuda em muito nas discussões que estamos tentando elabo-rar em torno da escravidão:

- "Vamos ver como eles (senhores de escrevos, L.M.L) tratavam os escravos. Tratavam como pessoa humana. Eu acredito que eles tinham autoridade. Se tinham para as mulheres e os filhos, quanto mais para os escrevos!

- Tanto o senhor de escravos como os escravos, uma mão posta ajuda a outra. Quer dizer, essa mão-de-obra com aquela que dirigia ajudaram ao progresso de Campina Grande. Por que os escravos só iam trabalhar e fazer progresso sem ter um chefe? não iam fazer.

- Não é do meu conhecimento que eles fizeram ou fizessem torturas. Eram castigados, tinha o castigo. Agora eu não posso dizer assim minunciosamente.

- Dava sim. mandava dar (nos escravos) umas lemboradas. Agora eu não posso contar por que a lei Mosaica é do tempo de Moisés. Era prá dar 40 chicotadas, menos uma. Se fugia, fazia uma coisa, briga, qualquer coisa, castigava. Mas não castigava com torturas. Mas não é do meu conhecimento. Se fosse eu dizia". (3)

Estes dois olhares sobre a escravidão, tão distantes no tempo, têm muito mais em comum do que um visão mais apressada pode supor.

Percebemos, primeiramente, que há um imenso esforço discursivo em justificar aos olhos dos agentes sociais e históricos a instituição do sistema escravista. Este é visto como um sistema composto de homens por natureza desi-guais, em que escravos são caracterizados como inferiores e destinados a servir e obedecer aos ditames do senhor, que como sujeito revestido de autoridade, legítima a sua dominação em relação aos seus subordinados. Não é a toa que se evoca a

imagem (proveniente da tradição judaico-cristã) da figura do pai-senhor todo poderoso, porém justo. O que implica também em obrigações recíprocas.

O curioso a notar é que os argumentos componentes destas visões senhorial da escravidão se assemelha em muito com a concepção de Aristóteles acerca do tema.<sup>(4)</sup>

Outro aspecto importante, tanto no discurso de Dona Esmeralda Agra quanto no trecho do sermão de Antonil, diz respeito a forma castigo físico sobre os escravos. Ambos admitem a prática do castigo como mecanismo de disciplinarização. Mas, o que é mais importante, não é um castigo qualquer e sim um castigo "justo", "merecido". Neste sentido, não é sem motivo que se delimita claramente na linguagem de nossa entrevistada a distinção dos termos "castigo" e "tortura".

Não é por acaso que em seu depoimento Dona Esmeraldina Agra fez questão de reconstruir a história das "perversidades de Dona Rosa".

Esta última foi proprietária de escravos herdados no antigo município de Campina Grande no século passado, de seu marido, Bento Alves Viana.

D. Rosa mantinha uma relação extremamente dura com seus escravos, a ponto de qualquer falta destes últimos ser punida severamente. Ferro em brasa aplicados nos corpos dos escravos; escravos postos de cabeça para baixo até morrerem asfixiados; unhas arrancadas, etc; eram alguns dos métodos utilizados pela senhora, que resultaram na morte de 16 de um montante de 24 escravos.

A esta imagem de proprietária sádica, tortura-

dora de seus escravos a nossa entrevistada contrapõe os membros de sua família, que tratavam humanamente seus escravos e quando necessário, sim, aplicavam castigos "justos" e "inteligentes". Bom, feitas estas primeiras digressões, voltamos aos nossos protagonistas que deixamos lá no início do capítulo, para que desta forma possamos avançar na discussão e a que nos propomos.

Em outra parte do citado documento, ficamos sabendo que o escravo Vicente e seus parceiros se ausentaram da propriedade do seu senhor porque já haviam terminado suas obrigações e portanto não tinham nada para fazer ali na fazenda. Foi por isso que, aproveitando a ausência de seus senhores, foram se encontrar com outros escravos de uma propriedade próxima, sem para isso precisarem avisá-los.

Podemos perceber por aí o significado do castigo físico numa sociedade escravista.

Como é sabido, os homens e mulheres violentamente arrancados do continente africano e aqui desembarcados nos principais portos, cedo começavam a aprender o duro "ofício" de ser escravos no Brasil.<sup>(5)</sup> Logo no desembarque estes eram marcados com ferro quente no sentido de se diferenciarem e logo após colocados à venda para particulares ou expostos em leilão público.

Porém, é no interior das unidades produtivas (fazendas, engenhos, algodoais, etc) que podemos entender de forma mais clara os efeitos daquela "pedagogia da violência" a que fizemos referência. Sempre quando chegava uma nova unidade produtiva, o escravo levava a chamada "surra inicial". Isto evidentemente tinha uma função clara de converter aqueles homens e mulheres mercantilizados em trabalhadores com

pulsoriamente explorados, continuamente, visava inscrever em seus corpos e mentes a dominação e o poder senhorial.

As marcas do chicote, ou de outro instrumento de controle, que ficavam nos corpos dos escravos funcionavam no cotidiano daqueles homens e mulheres como que lembrança reafirmada de sua condição de submissão. Não é a toa que o nosso Vicente e seus parceiros, mesmo se ausentando da Fazenda tinham voltado posteriormente.

Isto demonstra que havia uma verdadeira rede de vigilância e controle disseminados pela sociedade, o que fazia com que o chicote não fosse necessariamente usado a todo instante como mecanismo de sujeição daqueles homens e malheres escravizados.

Por outro lado, havia para os dominados um certo grau de aceitabilidade daqueles "castigos moderados disciplinadores para o trabalho". O próprio escravo Vicente ao ser perguntado se o seu senhor o tratava bem, respondeu que sim, a exceção de algumas relhadas que algumas vezes este lhe dava por falta de serviços.

O que é questionado aí pelo escravo, não é o castigo em si (já que ao afirmar que seu senhor o tratava bem, implicitamente reconhece algum grau de castigo) mas sim a forma como foi concretizado. É justamente em nome deste "excesso" da parte de seu senhor, que ele justifica o seu ato criminoso.

Do exposto, podemos concluir que o cotidiano senhor-escravo foi visceralmente atrevessado por práticas sóciais de controle que visavam a reprodução das relações escravistas. Neste sentido, o castigo físico (que evidentemen

tinha leituras diferentes de acordo com a ótica dos agentes sociais historicamente condicionados) de caráter exemplar funcionava "enquanto estratégia e dispositivo para reprodução da exploração do trabalho e não foi apenas punitiva, mas esteve voltado para o futuro, prevenindo rebeliões, atemorizando possíveis faltosos, ensinando o que era ser escravo, mantendo e conservando os escravos, enquanto escravos, de seres diferentes como uma guerra: conquista, dominação, exploração". (7)

Uma das grandes aspirações da classe senhorial era, através dos vários mecanismos de controle social, moldar a figura do trabalhador escravo dócil e obediente. Neste esforço também se empenharam vários ideólogos da escravidão, que, ao construírem determinados esquemas interpretativos visavam amenizar os conflitos e tensões inerentes àquela sociedade. (8)

É por isso que emerge da pena do nosso escritor a imagem de um escravo Vicente "infiel e bárbaro" que de forma fria e calculista desfecha profundos golpes de foice e punhal no seu senhor e ainda desaparece mata à dentro "para saborear sua vingança". Isto é o que poderíamos chamar hoje de verdadeira "espetacularização da morte".

Ao evocar esta imagem procurava-se espantar, através da denúncia e desclassificação em público, a figura do escravo rebelde que se insurgia contra seu senhor.

E aqui entramos definitivamente no campo das preocupações mais específicas deste capítulo, cujo sentido é aprender as mais variadas formas de resistência escrava ocorridas no antigo município de Campina Grande, na segunda metade do século passado.

Com este objetivo em mente tentaremos sumariar eventos encontrados na documentação pesquisada e num segundo

momento voltar a dialogar com a bibliografia

Começamos pelas criminalidade escrava em Campina Grande, trabalhando os dados contidos no quadro abaixo :

QUADRO 1

QUADRO DE CRIMES ENVOLVENDO ESCRAVOS EM C. GRANDE - 1860/88

DÉCADA	CRIMES CONT/PESSOA	CRIMES C/A PROPRIED	FUGAS	
60 a 69	1		1	TO TAL GE RAL 14
70 a 79	4	2	1	
80 a 89	4	1		
TOTAL	9	3	2	

FONTE: Autos Criminais - 1º Cartório Criminal, C.G., 1872-1888.

Talvez os dados contidos nesta tabela levem de início, o leitor a questionar a validade de traçarmos o envolvimento tendencial de criminalidade escrava em Campina Grande. Em outras palavras, existiria uma sub-representação. A este respeito, gostaríamos de fazer alguns esclarecimentos para que desta forma os dados com os quais trabalhamos fiquem mais plausíveis ao leitor.

Primeiro é preciso dizer que, se para as décadas de 70 e 80, o número total de processos-crime pesquisados (quer envolva escravos ou homens livres) foi significativo o mesmo não ocorreu na década de 60, quando não encontramos praticamente nenhuma documentação acerca do tema, esclarecendo, desde já que a nossa pesquisa limitou-se a um único cervo.

Isto torna-se mais grave ainda, quando sabemos que esta última década foi particularmente importante para a história local. Basta dizer que foi justamente em 1864 que

a antiga Vila Nova da Rainha foi elevada à condição de Cida de ao mesmo tempo em que nesta fase o algodão, devido em parte à demanda externa propiciada pela guerra civil norte-americana, torna-se um das principais culturas da economia campinense a empregar trabalhadores escravos. (9)

Estes fatores, principalmente o último, podem ter levado ao aumento das tensões nas relações cotidianas entre senhores e escravos. Pelas exigências da demanda, deve ter aumentado a extração de sobre-trabalho e por consequência a exploração sobre os trabalhadores escravos que podem ter respondido com contra-estratégias de resistência e preservação de certa autonomia conseguida nos embates e lutas com seus senhores. (10)

Um segundo aspecto que agregamos ao primeiro, nos remete à própria natureza das relações escravistas. Como vimos anteriormente, os senhores procuravam impor a sua autoridade e o seu poder pessoal sobre os escravos dentro de suas propriedades particulares. Por isso, muitos dos conflitos daí derivados, tais como: pequenos furtos, atentados de menor gravidade, etc; eram resolvidos dentro dos próprios limites senhoriais. Estes não viam com bons olhos a crescente intromissão da justiça pública em seu espaço privado. Além do mais, não devemos esquecer que os trabalhadores escravizados representavam para seus senhores um vultoso investimento econômico. Não era nada interessante para estes, levarem seus escravos às barras dos tribunais, pois além de ficarem sem explorar o seu trabalho durante o tempo de formação da culpa e julgamento, corriam os riscos de verem aqueles desvalorizados em função das mutilações impostas pelas leis e possíveis sanções aplicadas.

Aos senhores de escravos interessava o castigo exemplar, (embora na prática cotidiana nem sempre isto ocorresse), e não qualquer castigo.

Soma-se a tudo isso, o fato de que todas as despesas oriundas da abertura do processo criminal serem pagas pelos senhores, e aí podemos compreender mais nitidamente a resistência que estes faziam em apresentar seus escravos às autoridades judiciais, procurando resolver certas pelejas internamente em seus domínios. Assim, feitas estas ressalvas, podemos dizer que a alegada sub-representação da nossa mostra deve ser relativizada. Por isso nos sentimos autorizados a traçar, mesmo que com algumas lacunas e de forma provisória, movimentos tendenciais da criminalidade escrava em Campina Grande no período histórico em questão.

A análise destes processos-crime nos dá uma pequena mostra da complexa teia que permeava o cotidiano das relações sociais escravistas. Relações estas compostas de ambates, resistências e acomodações.

Destaca-se nesta mostra a predominância dos crimes contra a pessoa (homicídios e lesões corporais). Dos 14 crimes coletados, 9 estão incluídos nesta última classificação, ou seja, 65% das ocorrências.

A maior parte destes crimes ocorreram numa época em que o antigo município de Campina Grande, a exemplo da sociedade brasileira como um todo, passava por transformações importantes. Nas décadas de 70 e 80 a escravidão, como vimos no 1º capítulo, dava clara sinais de declínio, o espaço urbano e rural se reorganizava, a pobreza atingia a maior parte da população local. É neste contexto que nós incluímos os crimes de escravos<sup>(11)</sup>, encarados como fenômeno so

cial, produto orgânico da dinâmica da vida cotidiana e que colocam aqueles homens e mulheres escravizados como agentes sociais e sujeitos de sua própria história.<sup>(12)</sup>

Claro está, que este período de transição foi percebido e vivenciado de forma diferenciada pelos diversos agentes sociais componentes daquela trama social histórica. Aquelles homens e mulheres escravizados coube explorar e aproveitar as brechas abertas pela erosão da dominação escravista em seu favor e desta maneira criarem espaços próprios e autônomos frente a camada senhorial dominante que os oprimia.<sup>(13)</sup>

Em 1872 dois escravos de Alexandrino Cavalcante, de nomes Antonio e Firmino, se envolveram numa tentativa de crime de morte sobre Antonio Freire.<sup>(14)</sup> Ficamos sabendo que estes dois escravos acompanhados de um vaqueiro de nome Manoel Dias rumavam para o Recife.

Na noite do dia 7 de outubro pernôitaram na casa da vítima. Foi aí que na calada da noite se deu o ocorrido, com a vítima sofrendo vários ferimentos e os escravos após o intento, se embrenhando mata a dentro.

Alguns dias depois o escravo Antonio é capturado e em seu depoimento declara que o seu parceiro cometeu a tentativa de crime porque o dito Antonio Freire, os prometeu de vendê-los em Goiana, além de ameaçá-los de surrar.

Estes fatos nos dizem muito, do ponto de vista da abordagem que estamos empreendendo acerca do significado das tensões sociais e nos permitem entender a forma como os escravos se autopercebiam na sociedade escravista, enquanto classe social.

É preciso lembrar que a vítima era também proprietário de escravos. Isto demonstra que os senhores de escravos estabeleciam uma enorme teia de relações e compromissos recíprocos no sentido de controlarem todos os passos dos escravos, mesmo que estes não fossem propriedade direta sua. É só nesta perspectiva que podemos entender a atitude da vítima em ameaçar surrar os ditos escravos de Alexandrino Cavalcante.

Para aqueles escravos a reação contra a ameaça de venda para outras regiões era perfeitamente coerente. A consumação deste fato pederia significar a quebra de alianças já estabelecida de muito tempo com seus parceiros, conquista de espaços e autonomia frente aos seus senhores e de mais homens livres, etc. Aos seus olhos era perfeitamente legítimo atentar contra a que naquele momento simbolizava o proprietário.

Isto demonstra também que as relações escravistas eram refeitas cotidianamente e expressavam toda a tensão entre senhores e escravos. Não é à toa que após cometerem a tentativa de homicídio, os escravos tenham prometido a acabar com a existência da vítima. Este, após alguns dias de pois em total desespero se muda para a casa de seu sogro tendo a prometida vingança.

No nosso entender, o crime expressa o grau de autopercepção dos escravos enquanto classe, ou seja, a sua consciência historicamente possível. Neste ponto, nos afastamos daqueles que afirmam a incapacidade dos escravos de pensar o mundo a partir de categorias e significados próprios, em função das condições extremamente adversas em que estes viveram no cativeiro. Nesta ótica, os escravos espe

lhariam passivamente os valores impostos pela ideologia es  
cravista. (15)

O nosso já conhecido escravo Vicente ao aten  
tar contra o seu senhor não demonstrou com isso um ato de de  
sespero e de impotência diante da escravidão e daqueles que  
o oprimiam. Não foram "pretextos frívolos" os que impulsio-  
naram este ato transgressor, como quer fazer crer a fria pe  
na do escrivão.

Na verdade, esta ação foi condicionada pelas re  
lações reais que prendiam o senhor ao escravo. Não nos es  
quecemos que o escravo já havia prometido vingança antes de  
transformá-la em fato consumado.

Atentar contra o senhor ou seus prepostos, na  
lógica dos escravos, era atingir o próprio cerne da domina  
ção senhorial, desgastando-a e pondo limites através de re-  
sistências e confrontos.

Dito isto, para nós ficam sem sentido determi-  
nados afirmações de respeitáveis historiadores da escravidão  
brasileira. É o caso, por exemplo de Decio Freitas um dos  
autores que têm dado substanciais contribuições ao conheci-  
mento da luta dos escravos no Brasil. Só que seus estudos  
padecem de problemas metodológicos sérios. (16)

Segundo este autor a "impotência revolucioná-  
ria marca tragicamente as lutas dos escravos". (17) Mesmo re  
conhecendo estas lutas, que prejudicavam e sobressaltava o  
regime, o nosso autor os desclassifica pois eles não foram  
capazes de levar a "transformação revolucionária da socieda  
de". O que os escravos fizeram foi levar a luta de classes  
a um "dramático impasse histórico", só superado pela inter  
venção de uma força externa, no caso as pressões inglesas pe

lo fim do tráfico negreiro, que levou ao desmoronamento da escravidão em nosso país.

Não poderia evocar melhor exemplo de vulgarização e empobrecimento de certas abordagens "maxistas" na compreensão de fenômenos históricos. No nosso entender, o que pode levar a luta dos escravos a "dramáticos impasses" são determinados arcabouços teóricos-metodológicos, como o do nosso autor, que procura retroagir para épocas passadas questão que só tem um sentido para a nossa sociedade. Ao fazerem, tiram a possibilidade dos oprimidos de fazer a sua própria história, jogando-se na lata do lixo ou então desclassificando, as suas ações enquanto classe.

Talvez não estivesse muito no horizonte daqueles Vicentes, Antônio e Firminos, transformar "revolucionariamente a sociedade escravista". Porém, ao atentarem contra seus senhores e propostos, cometerem pequenos furtos, etc tinham perfeita consciência, a partir das experiências concretas de vida, de estarem desgastando o poder senhorial e buscando novas estratégias de sobrevivência mesmo que em situações historicamente adversas encaradas as lutas dos escravos. Desta forma, poderíamos evitar certas visões míopes, de feição claramente teleológica, acerca da história dos homens.

Muitas vezes, os escravos se envolviam em crime dentro de sua própria comunidade, o que demonstra que a violência inerente ao próprio sistema como um todo, também perpassava e mediatizava as relações que os escravos mantinham entre si. É o que podemos vislumbrar nas entrelinhas do fato que se segue, ocorrido na noite de 7 de fevereiro de 1884 no antigo município de Campina Grande. (18)

O escravo Jacinto, de 23 anos é acusado de tentativa de morte empetrada contra o também escravo Joaquim per temente a Ernesto Alves Viana.

Pelos vários depoimentos arrolados ficamos sabendo que tudo se deu em função do réu, que após muita conversa noite à dentro começou a agarrar a mulher liberta, de nome Josefa, "e armado de um facão e usando de sua força muscular obrigou a citada a satisfazer seu apetite libidinoso".

No outro dia o filho da agredida, o escravo Zeferino foi tomar satisfação com o réu. Após uma acirrada discussão entre ambos, este último sacou de uma espingarda e atirou em direção àquele. Só que, neste momento, Joaquim ia passando nas imediações e foi atingido na perna.

Após este intento, o escravo foge, só sendo capturado em 23/1/1883 indo à julgamento é absorvido por se encontrar em "estado de alienação mental".

Temos diante de nós um cotidiano complexo e tenso no interior da comunidade de escravos, que em alguns momentos levava a quebra dos laços de solidariedade. O desequilíbrio crônico entre homens e mulheres escravos muitas vezes levava a conflitos que colocavam em relevo o famoso "código do sertão", disseminado pela sociedade, cujo mecanismo viabilizador era a vulgarização de comportamentos violentos, afirmadores da honra pessoal e social. No dizer da historiadora Marly Viana, referindo-se à sociedade campinense da época, "valentia e credice" se combinavam, e eram valores e características sociais muito fortes. Valentia do poder, valentia matreira e de tocais. Foi a violência geral da sociedade, o nenhum apreço pela vida alheia (e, conseqüentemente, pela própria) que gerou o mito da valentia. Matava-se mui-

to e por qualquer coisa, e era considerado valente o matador, covarde quem deixava passar uma afronta". (19)

Alguns crimes atestam a situação de extrema ca rência material em que estavam mergulhadas as classes popu lares em Campina Grande. Em 1874 o escravo Aleixo, natural do termo de Limoeiro, provincia de Fe, é acusado de juntamen te com outro indivíduo de em Gavião, distrito de Fagundes, ter penetrado na casa de Marai da Conceição e aplicado uma surra de cacete, que resultou em vários ferimentos na últi ma. (20)

Em seu depoimento, o escravo diz matou um bode da citada Maria, no roçado de seu senhor. Levando-se em con sideração o grau da economia de Campina Grande e o seu pa drão de posse de escravos, que como vimos no primeiro capítu lo era composto em sua maioria de pequenos planteis, não du vidamos que fenômenos como este representassem uma tendência.

Recebendo no mais das vezes pequenas porções de alimentos de seu senhor, os escravos procuravam suprir estas carências através de pequenos desvios da produção, ou então, fazendo como o nosso Aleixo procedeu. Por outro lado, a ocor rência de delitos como esses, nos levam a refletir sobre a percepção de direitos que os escravos alimentavam em relação ao seu próprio trabalho e os frutos destes.

Muitas vezes a violência dos homens livres ex plodiram de forma aberta sobre os escravos. É o caso do pro cesso em que foi vítima um escravo de Jerônimo Paz Barbosa, em 1878. (21)

O assassino foi José Francisco Medeiros, va queiro, que após roubar um cavalo, elimina o dito escravo. Não só este, mas outros processos, nos levam a penetrar e en

tender algumas questões nas relações entre os homens livres pobres e os escravos. Percebemos que havia uma intensa relação no cotidiano dessas camadas sociais, ao mesmo tempo tensa e precária.

A historiadora Maria Helena P.T. Machado reconhece que "os contactos mais livres e os espaços menos vigiados abriram oportunidades para o inter-relacionamento íntimo entre as duas categorias e o aflorar de questões relativas à coragem honra ou destemor dos contedores conforme o "código do sertão".<sup>(22)</sup>

Apesar de reconhecer no geral os argumentos da autora no que se refere a relação conflitiva entre homens livres pobres e escravos, esta situação em alguns momentos podia ser superada, como procuramos demonstrar mais adiante ao analisar o movimento de Quebra-Quilos de 1874-75.

Foram poucas as fugas individuais de escravos verificadas em nossa pesquisa. Além de haver uma teia de vigilância e controle disseminada pela sociedade dificultando a fuga, muitas vezes os escravos se ausentavam dos locais de trabalho, porém, voltavam posteriormente. Talvez isto levasse os seus senhores a nem sempre trazer a público estes fatos.

Outras vezes, quando os escravos não davam sinal de volta, poderiam aparecer anúncios como este publicado na edição de 7/8/1861 do Jornal "A Regeneração":

"No dia 15 de junho do corrente ano, fugiu de Plácido Pinto da Conceição, morador na povoação de Fagundes, termo de Campina Grande, provincia da Paraíba do Norte, um es

cravo crioulo, de nome Pedro, com idade de quarenta anos, pouco mais ou menos, alto, pouca barba, meio coxo por ter no pé direito uma paralisia incompleta e haver diminuição nos músculos e que faz sensível diferença do pé esquerdo".<sup>(23)</sup>

Para os senhores as fugas significavam prejuízo, pois o investimento que faziam no escravo ficava imobilizado durante a sua ausência. Além do mais, tinham que arcar com despesas extras, como o pagamento de anúncios nos jornais e recompensa aos capitais-do-mato. Para os escravos, era uma oportunidade de ser ver livre, de forma parcial ou definitiva, do fardo do trabalho compulsório e um certo prazer em saber que estava dando prejuízo a seus senhores.

Pelos menos nas fontes consultadas não detemos a existência de nenhum quilombo na região do antigo município de Campina Grande.<sup>(24)</sup> No tocante à Paraíba, José Alipio Goular arrolou a existência de 2 Quilombos: O Cumbé, no século XVIII, formado por remanescentes de Palmares e que serviu de confluência para os escravos da capital e do interior da província, além de outro quilombo no Engenho Espírito Santo, dissolvido pelas forças de repressão em 1851.<sup>(25)</sup>

Passamos agora a discutir o significado da participação escrava no movimento Quebra-Quilos, ocorrido em fins de 1874 e início de 1875 e que em Campina Grande teve uma forte penetração. Apesar de já dispor atualmente de uma razoável bibliografia sobre aquele movimento, são poucos os autores que citam (muito menos discutem) a presença dos escravos nesta insurreição popular. É bom que se diga que não foi uma participação de se negligenciar.

Para ficarmos só nos números, basta dizer que as fontes acusam a participação entre 40 a mais de 300 escravos.

Não é nosso intuito aqui fazer um estudo exaustivo sobre Quebra-Quilos. Para isso, não há outra alternativa a não ser remeter o leitor a já citada bibliografia. O que queremos é basicamente discutir duas questões: A primeira delas, refere-se à questão de como em determinados momentos históricos, foi possível a articulação entre homens livres pobres e escravos, em movimentos sociais tipo Quebra-Quilos; e em segunda quais as motivações e o possível sentido próprio que aqueles homens e mulheres escravizados deram ao movimento.

Em alguns episódios da história da escravidão verificamos a participação de escravos em movimentos articulados por outros grupos sociais. É o caso da insurreição Baiana, também conhecida como revolta dos alfaiates. Este movimento eclodiu nas ruas de Salvador contando com a participação de vários segmentos populares urbanos. Talvez tenha sido este o único movimento que antecedeu a nossa independência, em que foi colocada a abolição da escravidão como perspectiva clara a ser alcançada. Não duvidamos que a ampla participação de africanos forros e escravos tenha influenciado os líderes do movimento a incorporarem este aspecto. A Balaiada, que durou de 1838 a 1841, também pode ser citado como o exemplo deste tipo de movimento que estamos analisando. (26)

Como sabemos, Quebra-Quilos foi um movimento de bases sociais predominantemente camponeses, Maceiros, parceiros, moradores, sitiantes, etc. eram setores sociais com

forte presença na economia local, responsáveis em grande parte pelo abastecimento do mercado de alimentos. O chamado "processo de modernização"<sup>(27)</sup> que a sociedade vivia na época, ao refazer relações já estabelecidas e aumentar o grau de exploração, modificou aspectos importantes da vida cotidiana das aquelas pessoas. Ao quebrar os pesos e medidas do novo sistema métrico decimal então implantado, encendiar pápeis de cartórios, sair às ruas atacando as forças públicas aqueles camponeses procuravam viabilizar a defesa daquele "mundo da tradição" que as transformações em curso ameaçavam desmoronar.<sup>(28)</sup>

Pois bem, para avançar-mos na primeira questão proposta, precisamos entender mais de perto como estes setores sociais de homens livres pobres se relacionavam com os escravos, e as possíveis alianças e solidariedade tecidos cotidianamente.

Talvez um documento por nós pesquisado, possa lançar luz sobre alguns aspectos desta problemática. Pela sua importância, passamos a citar alguns trechos.

É um processo-crime no qual dois escravos são acusados de roubarem do depósito da casa da câmara, porções de gêneros alimentícios destinados aos migrantes flagelados da seca que se deslocavam para a cidade. Vejamos o que diz o inspetor de quarteirão, responsável pelas buscas:

"Abrindo eu agora as 7 horas da manhã a casa que serve de depósito aos gêneros destinados ao socorro das vítimas da seca para o fim de sancionar duas famílias que acabavam de chegar ao centro emigrados pela fome. Verifiquei ao entrar na sala, que faltavam umas sacas de farinha que restavam

da distribuição de ontem, bem como duas fardas de carne e duas sacas de feijão e passamos a examinar a casa juntamente com o cidadão João Lopes Câmara e dois dos referidos emigrantes. Verifiquei um arrombamento no telhado do corredor e abertas a porta que dá saída para sala de trás da mesma casa e a desta para o quintal". (29)

Na tomada de depoimentos entram em cena outros passagens e a história adquire novos contornos. O morador Antônio J. de Maria, por exemplo, afirma que num certo dia do mês de janeiro comprou na feira aos escravos Livio e Ignácio, ambos propriedade do Padre José Ambrósio da Costa Ramos, porções de feijão e três sacos de algodão da Bahia.

Por outro lado, os escravos Ignácio e seu parceiro Livio dizem que adquiriram os gêneros alimentícios mencionados através da mediação do conductor de gêneros da casa da câmara para serem revendidos nas feiras locais.

Estes exemplos nos mostram o estabelecimento de intensas relações entre as camadas de homens livres e os escravos.

Através do estabelecimento desta verdadeira "economia informal na sociedade escravista" estes segmentos teciam complexas relações. Os escravos, quer seja com o excedente de sua produção autônoma, ou então frutos de pequenos desvios, procuravam negociar nas vendas ao redor das fazendas ou então nas feiras e com o resultado adquirir o que precisassem. Estes vínculos de cumplicidade poderiam alargar novos aspectos do cotidiano, como laços matrimoniais e até alianças políticas.

Mais do que nunca, a conjuntura em que eclodiu o Movimento de Quebra-Quilos favorecia possíveis alianças deste teor. Além dos fatores já mencionados atrás, no que diz respeito a ameaça de desmoronamento do mundo tradicional do camponês, não nos esqueçamos, que nesta época de transformações a escravidão em Campina Grande paulatinamente perdia importância. (30)

É em função do que até aqui expusemos que achamos determinadas afirmações, no mínimo exageradas. É o caso da historiadora Marly Viana, que referindo-se ao mesmo tema que vimos discutindo diz que "entre a massa pobre da população, a distinção entre a condição jurídica de livres e escravos foi tão importante que impediu qualquer solidariedade das massas camponesas, por mais miseráveis que fossem, com as lutas dos escravos". (31) Temos perfeita clareza das dificuldades e tensões existentes entre esta massa camponesa e os demais homens livres pobres com os trabalhadores escravizados, como alias já discutimos <sup>na</sup> abordagem de alguns processos criminosos. Porém, achamos que em determinadas situações históricas em que o controle da classe dominante torna-se mais vulnerável, novos espaços se alargam a certas alianças. Alianças estas muitas vezes inusitadas, como as que ocorreram em Quebra-Quilos, que além de juntar camponeses colocou lado a lado até capitão-do-mato (João Carga D'Água) e escravos!

Divergem as fontes quanto ao número de escravos que participaram do movimento. Elpídio de Almeida (32), baseado em depoimento do neto do presidente do Conselho Municipal na época em que se deu o ocorrido, calcula em quase quatrocentos.

Já pelo depoimento prestado por Raimundo Teodoro

rico José Dorneles, protagonista dos acontecimentos, este a firma que não foi mais do que 40 o número de escravos que se insurgiram naquele momento.

De qualquer forma, mesma reconhecendo a grande disparidade de uma cifra para outra, não deixa de ser considerável esta participação. Principalmente de levarmos em consideração que a população escrava de Campina Grande na dé cada de setenta do século passada caia, a cada ano. (33)

A confusão e tensão que gerou o movimento aos olhos da classe dominante e autoridades públicas locais, le vou a muitos destes a debandarem e procurar refúgio em suas propriedades rurais localizadas nas proximidades da cidade.

Foi o caso de Bento Gomes Pereira Luna, Presi dente do Conselho Fiscal Municipal, o que na época correspon dia a maior autoridade local, uma espécie de prefeito. Pois, bem, ao saber da eclosão da revolta dos "matutos contra os doutores", este se refugiou juntamente com parentes em sua propriedade de nome Timbaúba, distante duas léguas de Campi na Grande.

Aproveitando esta ocasião um grupo de escravos armados, liderado pelo nosso já conhecido Firmino, cercaram as casas da dita propriedade e exigiram de seus ocupantes o livro da liberdade.

Percebendo que foram enganados, pois na verdade receberam um livro sem validade nenhuma, os escravos forçaram as autoridades a viajarem em cima do lombo dos cavalos ameaçando disparar armas contra quem corresse. Em chegando a cida de, se apropriaram do "livro de classificação de escravos" e se dirigiram ao vigário local, que alegou não poder libertá-los. A partir daí começou o processo de dispersão que culmi

nou com o embrenhamento da maioria dos escravos mata à dentro.

Nos parece que a tática utilizada pelos escravos na participação em Quebra-Quilos, se deu através da formação de pequenos grupos entregues a alguns líderes. Quando o grupo liderado pelos escravos Firmino e Manuel do Carmo chegaram em Campina Grande com os seus réus, juntaram-se a eles novos contingentes liderados pelo também escravo Benedito Jose Figueiredo.

Percebendo o perigo da cidade cair em mãos dos escravos, hipótese não descartável naquele contexto de acirramento das tensões sociais, a classe dominante local liderada pelos fazendeiros Belarmino Ferreira da Silva e Alexandrino Cavalcante (este por sinal tinha nove de seus escravos envolvidos no movimento) arregimentou tropas de capangas para reprimi-los forçando-os a se dispersarem.

Neste momento, com a saída dos escravos de cena a sorte do Quebra-Quilos estava selada. Não sem motivo, foi a partir destes acontecimentos que o movimento entrou em claro processo de refluxo, viabilizando desta maneira o seu total controle pelas forças oficiais.

Na visão dos historiadores oficiais que fizeram a crônica do movimento, a participação dos escravos neste último não teria passado de um mero ato de desespero na busca da liberdade e no final o que conseguiram foi um endurecimento ainda maior da parte do sistema.

Outra seria a conclusão, se nos dispissimos desta perspectiva míope e preconceituosa contida na análise destes autores. (34)

É por isso que achamos que ao participarem de Quebra-Quilos aqueles homens e mulheres escravizados lhe imprimiram um lógica própria. Uma das primeiras atitudes dos escravos ao se envolverem no movimento foi buscar se apropriar de determinados livros como as de classificação e o de matrículas.

Estes livros eram a expressão jurídica mais concreta das práticas sociais escravistas. Os escravos eram caracterizados aí como uma mercadoria qualquer, onde ressaltavam as suas boas ou más qualidades de "peça".

Ora, ao procurar se apossar destes livros buscavam não só uma via de se livrarem do cativeiro (ao anularem o seu comprovante de posse) como ao mesmo tempo reagiam contra símbolos de sua coisificação social. Isto demonstramais uma vez a auto-percepção dos escravos e a forma como se posicionavam em relação aos outros grupos sociais.

Quebra-Quilos também foi momento para inversão de papéis sociais. Como vimos acima, ao obrigarem as autoridades locais a se deslocarem para Campina Grande sob suas ordens, os escravos vivenciaram por alguns momentos aquilo que são algozes praticavam no cotidiano da sociedade escravista. Aliás, a tendência aos movimentos de escravos de inverterem papéis sociais remota as próprias sociedades greco-romanas. Neste sentido, no Brasil o exemplo mais famoso é o do levante dos Malês ocorrido em 1835 nas ruas de Salvador. (35)

Por fim, não duvidamos que aqueles Firminos, Beneditos, Manoel e demais parceiros anônimos tenham sido levados a participar do movimento por questões palpáveis que falavam bem mais de perto em suas vidas cotidianas. Neste sentido, para estes homens e mulheres escravizados participar do

Quebra-Quilos pode ter significado um ótimo momento para a certar contas com inimigos sociais e até pessoais ou simples mente uma chance a mais de saquearem armazens e tabernas, e desta forma saborearem boa comida por alguns dias.

- 1 - Processo-Criminal, 1º Cartório Criminal, C.G., 1863
- 2 - Antonio, André João - Cultura e Opulência do Brasil, 3ª edição, Belo Horizonte; Editora Itatiaia, São Paulo, Editora da USP, 1982, p. 81-92.
- 3 - Entrevista concedida ao autor por Esmaraldina Agra (Dona Passinha) em 26.02.1989.

Nas mais de duas horas que durou a nossa conversa, Dona Passinha discorreu sem embaraços sobre diversos aspectos da escravidão em Campina Grande. Porém, quando se referia ao tratamento dos escravos sentíamos uma certa mudança na articulação do seu discurso. A postura de sempre querer está se justificando em saber pouco detalhe acerca desta temática específica, aliado ao fato de ter reconstruído em minúcias a história das sádicas de "Dona Rosa" demonstra o quanto ainda hoje a escravidão é problemática para os herdeiros da ideologia senhorial. Visão esta, bastante maniqueísta, de contrapor de um lado os senhores bons (humanos) e senhores más (sádicos).

- 4 - Vainfas, Ronaldo - Ideologia e Escravidão: Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial, Petrópolis, Vozes, 1986, p. 135/140; Gorenfer Jacob - O Escravismo Colonial, 5ª ed., Ática, 1988, p/49/55.
- 5 - Mattoso, Kátia de Queiróz - Ser escravo no Brasil, SP, Brasiliense, 1982, p. 98/121.
- 6 - Seguimos aqui os passos da abordagem de Lara, Silva Hu nold - Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capi

tânia do Rio de Janeiro, (1750-1808), RJ., Paz e Terra, 1988, p. 29/96.

- 7 - Id. Ibid, p. 96. O grande Machado de Assis nos deixou em conto famoso, páginas magistras sobre a escravidão, segundo ele uma ordem "social-humana, cruel e grotesca".

Em sua tradicional ironia refinada, eis o que nos diz a cerca dos castigos "... Os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancadas e nem gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreenhidos; o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se entretanto". Ver a este respeito, Assis, Machado de. - "Pai contra Mãe". IN Relíquias da Casa Velha, RJ. Ed. Civ. Brasileira, INL, 1975.

- 8 - Freyre, Gilberto - Casa Grande e Senzala, 21ª Ed., RJ. José Olímpio Editora, 1981.

- 9 - Viana, Marly de Almeida - A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905), Dissertação de Mestrado, UFPB, 1985. p. 75/104.

- 10 - Em estudo para duas regiões de S.Paulo, Taubaté e Campinas, demonstrou-se que na segunda metade do século passado em plena expansão da economia cafeeira, a criminalidade escrava tendeu a aumentar. Ver o sugestivo - Machado, Maria Helena P.T, Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888), SP, Brasiliense, 1987, p. 38/54.

- 11 - Viana, Marly de Almeida, Op. cit., p. 222/226.

- 12 - Machado, Maria Helena, F.T. - Op. Cit., p.13/26
- 13 - Id. Ibid, p. 99/123
- 14 - Processo-Criminal, 1ª Cartório Criminal, C.G., 1872.
- 15 - Freitas, Décio - Escravos e Senhores de Escravo , Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p. 122/129.
- 16 - Id.Ibid. p. 132/140.
- 17 - Id.Ibid. p. 122
- 18 - Processo-Criminal, 1ª Cartório Criminal, C.G., 1884.
- 19 - Vianna, Marly de Almeida - Op. Cit. p. 237.
- 20 - Processo-Criminal, 1ª Cartório Criminal, C.G., 1874.
- 21 - " " " " " " 1873
- 22 - Machado, Maria Helena P.T. p. 41 e 42.
- 23 - Citado in. Porto, Waldice Mendonça - Paraíba em Preto e Branco, JP., A União Cia. Editora, 1978, p. 121.
- 24 - Vianna, Marly de Almeida - Op. Cit. 238/240.
- 25 - Goulart, Alípio - Da Fuga ao Suicídio: Aspectos da Rebeldia dos Escravos no Brasil, RJ., Conquista/In, 1972, p. 221-222.
- 26 - A Lista sobre Quebra-Quilos é enorme. Ver, por exemplo, as seguintes obras - Millit, Henrique Augusto, Os Quebra-Quilos e a Crise da Lavoura, 2ª ed., SP, Global; Brasília, Inl; 1987, p. 29/98; Almeida, Elpídio - História

- de Campina Grande, 2ª edição., J.P., Editora Universitária/UIPB/1978, p. 147/158; Souto Maior, Armando - Quebra-Quilos: Lutas Sociais no Outono do Império, SP., Ed. Nacional; Brasília, INL; Recife, Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978, p. 199/102; Monteiro, Hamilton de Mattos - Nordeste Insurgente (1850-1890), 2ª ed. SP, Brasiliense, 1981, p. 45/72;
- 27 - Sobre estes movimentos sociais ver respectivamente; Ruy, Afonso - A Primeira Revolução Social Brasileira, 2ª ed. Cen; Brasília, Inl, 1978; Janotti, Maria de Lourdes Mônego - A Balaiada, SP, Brasiliense, 1987 (Tudo é História, 117) p. 36/62.
- 28 - Para esta visão do movimento social de Quebra-Quilos, veja-se ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Falas de Angústia, Falas de Astúcia: A Seca no Imaginário Nordestino (1877-1922) de Problema à Solução, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1988.
- 29 - Processo-Criminal, 1ª Cartório Criminal, C.G., 1978.
- 30 - Ver Capítulo I deste Trabalho.
- 31 - Vianna Marly de Almeida - Op. Cit., 229-230.
- 32 - Almeida, Elpidio de. Op. Cit. 211-212.
- 33 - Vianna, Marly de Almeida. Op. Cit, 191/207.
- 34 - Por exemplo: "essa insubordinação fez apenas aumentar a indisposição e má vontade dos senhores para os escravos" Almeida, Elpidio - Op. Cit., p. 213.

35 - O melhor trabalho disponível sobre resistência escrava no Brasil trata justamente do Levante dos Malês. Ver - Reis, João José - Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835), SP., Brasiliense, 1986.

Um dos planos dos revoltosos era matar "toda a gente da terra de branco e escravizar os mulatos". Para os possíveis leitores que ficarem desapontados com a intenção dos escravos e libertos, o nosso autor os consola: "Nenhuma utópia igualitária. Isto, sem dúvida, decepciona quem espera encontrar heróis desinteressados na história das rebeliões. Os Malês eram homens de carne e osso, limitados pelas perspectivas do seu tempo". Id. Ibid., p. 148-149.

Em 1988 escrevi um artigo que é uma espécie de resumo desta excelente obra; Lima, Luciano Mendonça de. - O Levante dos Malês na Bahia (1835). Gazeta do Sertão, C.G. 13 de maio de 1988.

CAPÍTULO III: - "PARA NOSSA MAIOR GARANTIA E SEGURANÇA": AS  
CARTAS DE ALFORRIA EM CAMPINA GRANDE.

Como vimos no capítulo anterior a luta de classes entre senhores e escravos em Campina Grande se expressou de várias maneiras indo desde a prática de pequenos furtos, passando por fugas, até a participação em movimentos sociais de grande envergadura como foi o caso dos Quebra-Quilos.

Nestas lutas de resistência e de vida, a questão da liberdade sempre estava presente, em maior ou menor grau, na perspectiva daqueles homens e mulheres escravizados, numa sociedade que procurava marcar e delimitar nitidamente a distinção entre livres e cativos.

Além destas estratégias de luta, ao escravo restava a possibilidade do fim do cativeiro pela Alforria.

A Alforria se constituía no mecanismo legal que possibilitava ao homem negro escravizado transitar para como veremos mais adiante, a precária condição de liberto. Todas as sociedades escravistas existentes historicamente continham em seu interior determinadas situações que legitimavam a Alforria.

Como herdeiros da tradição escravista greco-romana, os colonizadores portugueses transportaram para as terras brasileiras este antiquíssimo costume, aqui adaptando-o às nossas circunstâncias peculiares.

De acordo com os costumes e as práticas sociais escravistas da época, o ato de alforriar o escravo era visto como uma doação da parte do senhor. A análise das várias cartas de Alforria por nós pesquisada permitem penetrar não só no intrincado universo mental de senhores e escravos ,

como também em aspectos importantes de suas vida cotidianas.

Apesar de no geral a alforria ser um ato privado e, em última instância resultado da vontade do senhor, não a podemos caracterizar como uma aventura solitária para os escravos. Na verdade, ela "resulta de todo um tecido de solidariedades múltiplas e entrelaçadas de mil confabulações, processos de compensações, promessas feitas e mantidas, preceitos, até mesmo de conveniência, reflexos e imagens mentais que constituem, no Brasil da escravidão, o quadro de uma sociedade que tem sua própria concepção de "justo e normal". (1)

Justamente por ser vista pela sociedade escravista vista como uma doação, a alforria era possível de ser revogada pelo senhor. Qualquer deslize da parte do liberto recém-saído da escravidão poderia significar a reescravização. O historiador Mário José Maestri Filho em trabalho recente, publicou um documento que mostra as dificuldades de um liberto viver numa sociedade escravista, redundando no caso, em sua volta ao cativeiro. (2)

Em Campina Grande também encontramos histórias semelhantes. Em 1865 Manuel Pereira Pinto liberta a mulatinha de nome Josefa, filha de sua escrava Ana. Só que posteriormente este mesmo proprietário permutou a dita mulatinha por uma outra escrava de propriedade de seu filho José de Araújo Soares. (3)

Temos aí uma demonstração "flagrante" de ato de reescravização de libertos. Aliás, é comum nas Cartas de Alforria os senhores afirmarem peremptoriamente que as mesmas não podiam de maneira alguma ser revogadas pelas herdeiras. Ora, essa recomendação só tem sentido se admitirmos que

o processo de reescravização era uma prática social corriqueira, pesando quase que como uma ameaça permanente no cotidiano dos libertos.

A alforria poderia se dar de diversas formas e tempos diferentes. Vejamos alguns aspectos desta questão.

A criança que nascia na escravidão poderia ser liberta na chamada pia batismal. A este respeito, a história da mulatinha Veneranda, propriedade de Feliz Gomes do Rêgo nos dá uma mostra desta prática costumeira:

"Sendo senhor de uma mulatinha de nome Veneranda, filha natural de minha escrava Marcelina, por ocasião de ser batizada a 26 / 2/1859, na Capella de Alagoa Grande de Santo Antônio de Piancó, com a idade de 2 meses e 12 dias de nascida a forrei na pia pela quantia de 100 mil réis que recebi para este fim dos seus padrinhos, Pedro Macheiro Tavares Brasil e Dona Coletra Maria da Conceição do que lhes passei recibo como tudo consta do acerto do seu Batismo."<sup>(4)</sup>

A alforria podia também ser concedida como uma disposição testamentária do senhor. Em Campina Grande encontramos vários casos nesta situação. Citemos o de Antônio Pereira de Oliveira.

Seu testamento foi feito no dia 20/8/1883 e por ele ficamos sabendo que o mesmo assegura para que quando morrer, seus herdeiros libertem o seu escravo Joaguim, cabra de 36 anos.<sup>(5)</sup>

Por fim, a manumissão podia ser concedida em qualquer momento, quando geralmente era registrada em Cartório, "para maior segurança e garantia" dos ex-escravos.

Quanto à modalidade, as alforrias podiam ser gratuitas ou onerosas. Como veremos adiante esta distinção na prática era bastante relativa.

Vejamos alguns exemplos verificados aqui em Campina Grande no século passado.

No dia 2/11/1858, na ainda Vila de Campina Grande termo da 2ª comarca da província da Paraíba do Norte, Joaquina Francisca da Conceição manda lançar em notas do cartório a carta de alforria do cabra Jorge, 25 anos, escravo seu herdado do pai. (6)

Mesmo no rol das chamadas alforrias gratuitas encontramos vários exemplos em que é exigido do recém libertos anos de serviços a serem cumpridos, ou então que o obrigavam a servir ao senhor ou seus parentes muitas vezes até a morte destes.

Sebastião, escravo de Manuel Marinho Gomes, é emancipado no dia 24/3/1887 com a condição de servir ao seu senhor por mais cinco anos a contar daquela data. (7) Outra história semelhante é a de Josefa que apesar de ter sido alforriada de forma gratuita pelo seu senhor, Major Paulino da Cunha Soute Maior, é obrigada a trabalhar para este até o dia 31/1/1890. (8)

Curioso notar é que também no antigo município de Campina Grande uma boa parte da classe senhorial procurou abranger ao máximo, mesmo num período de crise, a sobrevivência do trabalho escravo, não estando muito em seu horizonte a abolição que se aproximava.

Em 24/9/1859 o cabra Maxiano de 41 anos de idade é libertado pela sua senhora, com a condição "de ficar em minha companhia servindo-se e trabalhando durante o meu viver neste mundo".<sup>(9)</sup> Alguns senhores iam mais além em termos de exigência de trabalho e obediência dos libertos. Pelo menos é o que podemos perceber ao analisar a história de José e Estevão, ex-escravos. Estes foram libertados em 1876 pela sua senhora, só que com a condição de servirem até a morte não só desta como de sua filha solteira de nome Maria Francisca do Nascimento.<sup>(10)</sup>

Fica claro, portanto, que as chamadas alforrias condicionais gratuitas podem ser consideradas como uma espécie de variante não monetária das efetivamente pagas.<sup>(11)</sup>

Passemos agora à análise das alforrias onerosas ou compradas monetariamente.

A historiadora Kátia de Queiróz Mattoso, autora do mais extenso estudo sobre procedimentos e práticas de alforria numa sociedade escravista do novo mundo, tem utilizado esta frente histórica para uma melhor compreensão da formação do preço dos escravos.<sup>(12)</sup>

Lançando mão de outras fontes, como inventários e contratos de compra e venda de escravos, a autora chegou à conclusão que o preço pago pelos escravos para adquirir a sua liberdade se aproximava dos valores correntes no mercado da Bahia do século XIX,<sup>(13)</sup>

Em Campina Grande o preço da alforria pago pelos próprios escravos, em comparação com o preço de mercado, variam muito pra mais ou pra menos.

Infelizmente, devido à precariedade dos dados

não podemos fazer um quadro comparativo. O que podemos fazer aqui é, através de comparações esporádicas, aventar algumas hipóteses acerca dos preços pagos pela alforria. Em 1880 o Padre Santino Maciel, possuidor de gado e grandes porções de terras em Fagundes e cujos bens foram inventariados em 1882, alforriou a Francisca, sua escrava, pelo valor de 1 conto de réis.<sup>(14)</sup> Levando-se em consideração o valor médio do preço de uma escrava na época, podemos concluir que este é um valor superestimado, não só para os padrões de um município como o de Campina Grande como para outras regiões brasileiras, inclusive de economia mais dinâmica.

É o caso por exemplo da região da Bahia, cujo valor médio de uma escrava em 1880 foi calculado por Kátia Queiroz Mattoso em 545.000 mil réis.<sup>(15)</sup>

Se o caso que exemplificamos acima pode representar tendência de uma superestimação à nível de Campina Grande (em termos de valor médio do preço das alforrias) em compensação, alguns exemplos demonstram uma clara subestimação.

É o caso da parda Anna, escrava de Jerônimo Paz Barbosa, que foi alforriada em 100.00 mil réis, numa época em que o preço dos escravos em Campina Grande variava entre 700.000 e 1.100.00 mil réis.<sup>(16)</sup>

Encontramos também alguns casos em que os preços acusados nas alforrias se nivelaram aos preços correntes no mercado. Vejamos alguns casos:

Em 1867 a escrava Luiza, 42 anos, pagou pela sua carta de liberdade 400.000 mil réis em moeda corrente.<sup>(17)</sup>

Se compararmos este valor com o preço de uma escrava na época nas mesmas condições, constatamos um certo equilíbrio.

Mesmo assim, podemos concluir que do universo de cartas de alforria incondicional gratuita, constatamos uma certa subestimação do valor pago pelo escravo em relação aos preços praticados na praça de Campina Grande. É comum, por exemplo, em várias cartas por nós pesquisados o valor do escravo ser avaliado por um preço e no final quando libertado o mesmo pagar uma quantia menor. (18)

Em sua pesquisa sobre a escravidão na Paraíba a historiadora Diana Soares de Galiza também constatou em 9 municípios escravistas que passaram alforrias a seus escravos, uma sub-estimação em seus valores. A autora chega a conclusão de que isto se deveu ao estabelecimento de laços afetivos entre senhores e escravos, que quanto mais estreitos mais tenderam a empurrar para baixo os preços das alforrias compradas na antiga província da Paraíba do Norte. (19)

Como veremos mais adiante, no momento em que estivermos analisando os motivos alegados nas cartas pelos senhores para "conceder" a alforria, não eram apenas os mecanismos de mercado que contribuíam para a formação do preço pago pelo escravo ou terceiros em troca de sua liberdade. As estratégias traçadas pelos escravos nas relações cotidianas com seus senhores em busca da tão sonhada liberdade, é um elemento importante na explicação desta relativa subestimação dos preços das alforrias.

A historiografia da escravidão no Brasil já conta com um razoável número de trabalhos sobre as práticas de alforrias em diversas províncias, que nos permite traçar

um padrão tendencial acerca de seu significado para o sistema escravista como um todo em nosso país.<sup>(20)</sup> X A partir deste pressuposto, que buscaremos detalhar mais no estudo das práticas de alforria no antigo município de Campina Grande, procuramos sempre que possível, remeter-nos e estes estudos mais gerais, no sentido de entender alguns traços em comum, como também, estabelecer as especificidades deste fenômeno aqui, explicáveis de acordo com a organização da sociedade escravista campinense, em especial a relação entre senhores e escravos.

A Paraíba já conta com análise sistemática acerca das práticas de alforria na segunda metade do século passado. Trata-se do livro da já citada historiadora Diana Soares de Galiza, que dedicou um capítulo de sua obra ao processo das manumissões na Paraíba, a partir da amostragem do levantamento feito em fontes cartoriais para 9 municípios, incluindo a capital.

Só que a autora excluiu o antigo município de Campina Grande de sua abordagem. Não porque a escravidão teve peso irrelevante aqui, pois como tentamos demonstrar no primeiro capítulo de nosso trabalho, a população escrava do antigo município de Campina Grande era considerável não podendo, portanto, ser negligenciada por qualquer estudo mais sério aberto às evidências da análise do material empírico.

O problema é que a autora já desde a própria concepção do livro, mais precisamente na introdução, obstruiu o caminho de sua pesquisa, ao excluir Campina Grande alegando que em nossa cidade não havia fontes para o estudo da escravidão, visto que as existentes teriam sido destruídas "pelos sediciosos dos Quebra-Quilos".

Como podemos ver a "Síndrome de Rui Barbosa" deixou sequela em nossos "saudáveis historiadores" a ponto de ter produzido miniaturas provincianas análogas a que ele pretendia à nível nacional com sua decisão de mandar destruir a documentação sobre a escravidão brasileira. (21)

Deixando um pouquinho de lado estes "fantasmas", retornemos à terra firme e analisemos os padrões de alforria em Campina Grande na segunda metade do século passado a partir das cartas que encontramos no 1º Cartório de Imóveis. Com base nos dados recolhidos montamos o seguinte Quadro-Geral que se segue:

## QUADRO I

QUADRO GERAL DE ALFORRIAS NO ANTIGO MUNICÍPIO DE CAMPINA

GRANDE: POR ANO 1858 - 1888

ANO	QUANT.	NATUREZA		AQUISIÇÃO		SEXO	
		CONDIC.	INCONDIC.	COMPRADA	GRATUITA	MASC	FEM.
1858	2	1	1	1	1	1	1
1859	13	8	5	2	11	7	6
1860	2	0	2	1	1	0	2
1861	6	0	6	6	0	2	4
1862	5	1	4	3	2	3	2
1863	7	1	6	9	2	5	2
1864	0	0	0	0	0	0	0
1865	7	3	4	3	4	3	4
1866	4	1	3	2	2	1	3
1867	3	1	2	1	2	1	2
1871	1	0	1	0	1	0	1
1873	4	0	4	2	2	2	2
1874	7	0	7	7	0	1	6
1875	5	0	5	1	4	0	5
1876	22	5	17	2	20	12	10
1877	5	1	4	2	3	1	4
1878	1	0	1	0	1	1	0
1879	2	0	2	1	1	1	1
1880	2	0	2	2	0	0	2
1881	5	3	2	1	4	2	3
1882	2	0	2	0	2	0	2
1883	2	0	2	1	1	0	2

cont.

Continuação: QUADRO I

QUADRO GERAL DE ALFORRIAS NO ANTIGO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE: POR ANO 1858 - 1888

ANO	QUANT.	NATUREZA		AQUISIÇÃO		SEXO	
		CONDIC.	INCONDIC.	COMPRADA	GRATUITA	MASC.	FEM.
1884	1	0	1	1	0	0	1
1885	1	0	1	0	1	1	0
1886	22	1	1	0	2	1	1
1887	1	1	0	0	1	1	1
1888	3	1	2	1	2	2	1
TOTAL	115	28	87	45	70	48	67

FONTE: Livros de Nota, Cartório do 1º Ofício C.G., 1858-1888

Se nos ativermos exclusivamente a estes dados verificaremos que o número de alforrias em Campina Grande foi pequeno em relação conjunto da população escrava e sua importância para a economia local. (22)

Se dividirmos o número total de alforrias pelos 26 anos entre 1858 - 1888, em que foram constatadas e mancipações, temos uma média de 4,5 escravos libertados por ano. Para que este processo fique mais claro basta dizer que em 1880 a população escrava do município era de 1.130, enquanto isso apenas dois casos de manumissão foram registrados em cartório.

Este padrão está muito longe do que verificou-se por exemplo, na Bahia, mais precisamente em Salvador. Em estudo para esta região, baseado em amostragem para 30 anos,

Kátia Mattoso calculou em cerca de 500 cartas registradas por ano, o que representa aproximadamente 4% do número médio a nual da população escrava de Salvador. <sup>(23)</sup> Evidente que são duas regiões com características diferentes em termos de eco nomia e sociedade e por isso mesmo vivenciaram a conjuntura de crise da segunda metade do século passado também de forma específica.

Porém, nem por isso deixa de ser relevante a nossa comparação feita acima. Neste sentido, em Campina Grande foram poucos os que, como o cabra Maximiano escravo de Josefa de Brito Desterro, conseguiram o acesso à liberdade a través de uma carta de alforria. <sup>(24)</sup>

Se examinarmos mais detidamente os dados da ta bela 1 constatamos que há uma maior incidência de alforrias na década de 70. Isto é explicável em parte pela conjuntura da época, tanto em termos locais, quanto à nível mais geral de nordeste.

Como fizemos ver em capítulos anteriores, a so ciedade nordestina da época passava por uma séria crise, em virtude da reorganização dos espaços produtivos exportadores comandado pelo centro-sul cafeeiro. Neste contexto, os principais produtos de exportação da região como, o açúcar e o algodão passaram por sérias dificuldades em função da concor rência de outros centros exportadores.

Com esta crise e a exigência de braço escravo para as lavouras cafeeiras, muitos escravos foram vendidos do Nordeste para o Centro-Sul. Após o surto algodoeiro da se gunda metade da década de 60, a economia do município sofre os seus efeitos. Além do mais, a região experimenta nesta fa se surtos de epidemias e secas.

Neste contexto, não era incomum os senhores procurarem se desfazer de alguns de seus escravos, no geral já muito idosos ou então com pouca idade para ingressar no processo produtivo. Pelo menos 28 cartas de alforrias verificadas em Campina Grande nesta década se encaixam neste caso. Além do mais, nos períodos em que a classe dominante estava em crise, os escravos buscavam alargar seu campo de possibilidades no sentido de barganhar condições menos onerosas de conseguir a liberdade.

Em Campina Grande as trabalhadoras escravizadas tinham maiores chances de se alforriar do que os seus parceiros homens. É o que se depreende do quadro abaixo:

ESCRAVOS ALFORRIADOS EM CAMPINA GRANDE,  
SEGUNDO O SEXO - 1858 - 88

QUADRO II

SEXO	NÚMERO	PORCENTAGEM
MASC.	48	42
FEM .	67	58
TOTAL	115	100

FONTE: LIVROS DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º  
OFÍCIO, C.G., 1858 - 1888.

Estes números se aproximam em muito dos constatados à nível de província que acusou uma participação de 56,5% de escravas e 43,5 de escravos. (25)

O fato de predominarem as trabalhadoras escravas em relação aos escravos não é de difícil explicação. Em primeiro lugar, o tráfico de mão-de-obra para outras regiões modificou a estrutura populacional do antigo município de Campina Grande.

Como é sabido, havia um permanente desequilíbrio no número de escravos sobre as escravas nas diversas sociedades escravistas. O referido tráfico, verificado na segunda metade do século passado, contribuiu para um maior equilíbrio entre os sexos no interior da população escrava, e em alguns momentos, reverteu o quadro, criando desta maneira uma situação inversa. Se em 1872 a população escrava de Campina Grande era composta de 51% de homens e 49% de mulheres em 1884 este quadro era de 49,5% e 50,5%, respectivamente. Neste sentido, a maior quantidade de mulheres escravas permitiu que estas contribuíssem com o maior número no conjunto das alforrias em Campina Grande.

Ligado a este motivo referido acima, está o fato das mulheres escravas serem menos valorizadas no mercado de trabalho do que o escravo. Além do mais, a maior parte das mulheres desempenhavam atividades domésticas, onde o grau de relação pessoal com os seus senhores, sem dúvida, contribuía para as estratégias de busca de alforria.

Quanto à cor, predominou amplamente no rol dos escravos alforriados no antigo município de Campina Grande os cabras, pardas e mulatos em relação aos chamados "pretos". Para facilitar a compreensão do leitor agregamos o primeiro grupo no conjunto dos criolos e os "pretos" no universo dos africanos.

ESCRAVOS ALFORRIADOS EM CAMPINA GRANDE,  
SEGUNDO A COR: 1858-88

QUADRO III

	NÚMERO	PORCENTAGEM
CRIOLO Pardo Mulato Cabra	71	62
AFRICANO (Preto)	28	24
SEM ESPECÍFICO .	16	14

FONTE: LIVROS DE NOTA, CARTÓRIO DO 1º  
OFÍCIO , C.G., 1858/88.

Numa sociedade profundamente racista como era a de Campina Grande na época, não resta a menor dúvida de que a cor contava para os possíveis candidatos à alforria. Quanto mais a cor da pele dos escravos se aproximasse dos padrões de branqueamento exigidos pela classe dominante campinense, maiores as possibilidades de ser alforriado.

Neste sentido, os escravos nascidos no Brasil (principalmente os mulátos, cabras e pardos) devido a sua inserção em termos de sociabilidade se dá de forma mais acentuada, e por isso mesmo ser possível aprimorarem suas estratégias de negociação com os senhores, levavam vantagem sobre os africanos na busca da alforria, já que estes eram discriminados duplamente: por ser negro-escravo e considerados estrangeiros no Brasil. (26)

É o caso do liberto Pedro, 60 anos, da nação Angolana, que para ser alforriado teve que desembolsar a vulto

sa quantia de 700.000 mil réis a sua senhora no ano de 1863.<sup>(27)</sup> Ora o preço médio de um escravo entre 18 e 25 anos, que é bom que se diga está em plena fase produtiva, nesta mesma época era em torno de 900.000 mil réis.

Convém esclarecer que este caso não é isolado, pois constatamos que no geral, os poucos africanos e escravos de cor mais escura que conseguiram se alforriar, as condições eram muito mais onerosas em relação aos chamados criolos de pele mais clara, quer seja à nível de superestimação do valor da carta quer seja em prazos mais dilatados quando condicional na exigência de serviços.

Em que idade eram os escravos mais libertados? A rigor desde cedo a comunidade escrava alimentava o sonho e lutava para que o maior número de seus membros pudessem nascer e viver "como se de ventre livre houvesse".

O quadro a seguir mostra como as alforrias se deram no antigo município de Campina Grande a partir da idade. Para isso tomamos de empréstimo os critérios utilizados pela historiadora Kátia Mattoso, no sentido de analisarmos as alforrias de acordo com a faixa-etária.<sup>(28)</sup>

ESCRAVOS ALFORRIADOS EM CAMPINA GRANDE,  
SEGUNDO A IDADE: 1858-88

QUADRO IV

IDADE	NÚMERO	PORCENTAGEM
CRIANÇA (0 a 12 anos)	22	19
ADULTO (13 a 49 anos)	47	41
VELHO (50 anos acima)	28	24
SEM INDICAÇÃO	18	16
TOTAL	115	100

FONTE: LIVROS DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, CAMPINA GRANDE, 1858/88.

Foi considerável o percentual de escravos considerados produtivos que foram alforriados em Campina Grande, de acordo com o quadro IV. Do universo de 115 alforrias registradas, 47, ou seja 41%, se enquadra na categoria de escravos adultos ainda em pleno ciclo de vida produtiva. Se juntarmos os libertos considerados velhosse crianças constatamos um número bem acentuado em relação a amostragem geral, inclusive superior aos adultos que foram emancipados.

Em estudo para a Região escravista do Espírito Santo, a historiadora Vilma Paraíso Almado,<sup>(29)</sup> neste mesmo período constatou um percentual de 11,2% de escravos considerados idosos que conseguiram a alforria. Com base nesta amostragem a autora endossa a idéia de Kátia Mattoso segundo qual "o percentual de alforriados em parte alguma ultrapassa 10% do total".<sup>(30)</sup>

Para o município de Campina Grande este raciocínio não se aplica. Como se percebe pelos dados da tabela IV o número de escravos alforriados acima de 50 anos foi elevado, atingindo 24% do universo pesquisado. Isto demonstra claramente o pragmatismo dos senhores de escravos em Campina Grande, que após passar toda uma vida explorando o trabalho daqueles homens e mulheres escravizados os jogavam ao relento nas ruas.

Podemos imaginar as dificuldades que a forra Eugênia, 70 anos, enfrentou para articular novas estratégias de sobrevivência ao ser libertada em 1876. Ou então o seu parceiro Antônio, 70 anos da nação Angola, libertado no mesmo ano pelo seu senhor.<sup>(31)</sup>

Quanto a modalidade, a maior parte de alforrias

em Campina Grande se deu de forma gratuita. Das 115 alforrias registradas, 70 estão incluídas nesta classificação. Porém se juntarmos às 45 alforrias compradas 27 gratuitas condicionais constatamos que houve um certo equilíbrio entre as manumissões onerosas e gratuitas, pois como fizemos ver em linhas atrás aquelas devem ser consideradas um variante monetária das alforrias pagas.

O estudo das alforrias onerosas, quer seja comprada ou dada em troca de prestação de serviços coloca a questão da perspectiva dos senhores diante da possibilidade da abolição da escravidão. Além de significar um ganho em virtude do embolso da quantia paga pela liberdade do escravo, as alforrias onerosas com exigências de prestação de serviços eram formas de prender o liberto ao senhor e, ao mesmo tempo, enquadrá-lo no universo das relações de trabalho que iam emergindo como alternativa à escravidão.

Um estudo mais aprofundado, talvez demonstre com mais nitidez, o real significado do liberto nesta fase de transição para outras formas de trabalho, aqui em Campina Grande, na segunda metade do século passado.

A alforria quando comprada podia ser paga com recursos provenientes do próprio escravo, de parentes ou então de terceiros. Selecionamos alguns exemplos a este respeito.

Mesmo não sendo legalmente permitido ao escravo acumular bens, pois a legislação escravista o classificava como propriedade e portanto destituído de personalidade jurídica, na prática social cotidiana, costumeira eles conseguia formar um pecúlio, através de seu trabalho, ou ainda via legado recompensa, doação, roubos, etc. (32)

Era com esse pecúlio, que alguns poucos conseguiram juntar, que os escravos pagavam o valor de sua alforria. Em algumas cartas, era comum o proprietário dizer que recebeu o valor em "moeda legal e corrente". É o caso da forra Luiza Maria da Conceição, 46 anos que pagou pela sua liberdade 300 mil réis em 1863. (33)

Em outras ocasiões os escravos pagavam o valor estipulado pela sua carta de alforria em bens. No ano de 1861 o crioulo Benedito, filho da liberta Joana, fez uma petição no sentido de sua carta ser lançada nos livros de notas. A proprietária justifica o seu gesto dizendo que o libertou "pelos bens que me dá o dito escravo os quais são os seguintes: duas cargas de lã, duas (ilegível), um poltro e uma poltra". (34)

É comum parentes se mobilizarem para conseguir alforriar algum membro de sua comunidade. É o caso da escrava Maria, propriedade de Francisco Pereira Pinto, que pagou 200 mil réis em moeda legal e corrente pela carta de liberdade de seu filho Manual, mulatinho de 3 anos. (35) Outro caso envolvendo parentesco foi o da mulatinha Felicidade de, que foi libertada em troca de 130 mil réis dado por seu pai natural de nome Francisco Chaves de Albuquerque em 1865. (36)

Estes exemplos são ilustrativos para demonstrar que a busca da tão sonhada e precária liberdade, que todos desejavam, porém bem poucos conseguiam, não era uma aventura isolada. Nestes momentos teciam-se verdadeiras redes de solidariedade em torno do possível candidato à alforria, que incluía mães, pais, avós, irmãos, associações religiosas, padrinhos, etc.

Além de sua ação própria ou de parentes, os escravos podiam ser alforriados por terceiros. Pelo menos um caso deste tipo detectamos no antigo município de Campina Grande. Em 1875 Baltazar Gomes Pereira Luna, comerciante e grande proprietário da região, alforriou suas escravas Alexandrina, Manuela e Severina. A Sociedade Maçônica "Segredo e Lealdade" foi quem custeou os preços estabelecidos pelas alforrias. (37)

Passemos agora a analisar os motivos e as justificativas que os senhores alegavam nas cartas no sentido de legitimar seus gestos. Com isso procuraremos entender um pouco da mentalidade senhorial e a forma como os próprios escravos buscam, a partir de mecanismos legais permitidos pela sociedade, alargar os seus espaços de sobrevivência através de estratégias de negociação, cumplicidade e por que não dizer, esperteza nas relações cotidianas com seus senhores.

Os protagonistas que emergem destas cartas de alforria estão muito distantes dos esteriótipos criados por certa historiografia, que forjou a imagem inerte dos escravos vítimas da escravidão e por isso estes não teriam sido mais do que "testemunhas mudas de uma história para a qual existem a não ser como uma espécie de instrumento passivo" para ficar apenas em um exemplo dos mais eméritos autores desta corrente de pensamento. (38)

A alforria era vista pelo senhor como uma doação, um ato de generosidade. Numa sociedade em que o próprio direito e a prática social cotidiana legitimavam a posse e a exploração de grupos de homens sobre outros, não é de se estranhar que a mentalidade senhorial assim concebesse

se o ato de alforriar seus escravos. Ao evocar motivos tipo o amor que devota ao escravo, ou então, os bons serviços prestados por este, o senhor buscava legitimar não só aos seus olhos, como ao próprio conjunto da sociedade (já incluídos os escravos) as relações escravistas.

Num mundo como o nosso em que cada vez mais o profano e o sagrado se distinguem e se separam, podem soar estranhas determinadas justificativas alegadas pelos senhores. É o caso de Francisco Pereira Pinto que justifica seu ato dizendo que alforria o mulatinho Manuel "pelo amor a Deus e à liberdade e porque a minha escrava Maria pagou 200 mil réis em moeda legal e corrente". (39)

Esta justificativa, meio inusitada, de por lado a lado, valores que para a sociedade atual são pensados de forma separada, é só aparente. Na verdade ela nos mostra que a mentalidade escravista operacionaliza a percepção das relações sociais concretas entre os homens com critérios diferentes do nosso. É o que nos sugere a leitura de um artigo recente no qual a autora diz que "Hoje, o dinheiro está associado às relações frias de comércio, de negócios - , em que não há envolvimento afetivo, e também ao campo do profano. Sempre se procura distinguir e situar em polos às vezes opostos o que é feito por amor ou fé do que é feito por dinheiro". (40) Na sociedade escravista, ao contrário da nossa, burguesa, estes termos convivem sem problemas lado a lado sendo quase que como complementares.

Se na perspectiva dos senhores a promessa de alforria funcionava no sentido de prender os escravos a uma <sup>vias</sup> de trabalho e obediência para estes últimos restava a possibilidade de explorar e alargar as brechas deixadas, em seu

favor. Isto poderia ser dado por exemplo, na formação dos preços da alforria quando a ação dos escravos era importante no sentido de rebaixá-lo em relação aos preços de mercado.

Não duvidamos também que a vida de alguns senhores, que concediam alforrias com a condição de prestação de serviços até a sua morte, tenham sido encurtada em função da ação destes mesmos escravos.

É, portanto, duvidoso que a alforria seja uma prática instituída e programada exclusivamente pelos senhores.

Percebemos em suas entrelinhas, a presença dos escravos que de forma astuta buscava reivindicar melhores condições de vida em seus enfrentamentos e negociações com os senhores. De outra forma não conseguiria nos explicar cenas corriqueiras que a leitura das cartas nos sugere.

Antes de ser registrada em Cartório, as alforrias muitas vezes eram estabelecidas através de um acordo verbal entre o senhor e o escravo.

Só que, pela própria experiência cotidiana de vida, os escravos sabiam que estes acordos eram muito precários podendo a qualquer momento ser rompido de forma arbitrária pelos senhores. É por isso que a maior parte das alforrias registradas nos Cartórios partiam da própria iniciativa dos escravos.

Mesmo que este ato não impedisse totalmente a revogação das alforrias, como vimos em páginas atrás, pelo menos dava um mínimo de garantia e segurança aos escravos, ainda mais numa época de declínio da escravidão quando es

tes podiam apelar mais facilmente à justiça.

Aliás algumas cenas nos surpreendem pelo seu caráter inusitado. Em 1863 Josefina Candida do Amor Divino, passou carta de alforria em nome do escravo Manuel, cabra de 36 anos. A proprietária alega que em setembro do ano anterior recebeu a última parcela pela alforria e por um "descuido" não a registrou naquela data. O que obrigou Manuel a entrar em ação e finalmente conseguiu fazer com que sua Carta de Liberdade fosse registrada em Cartório. (41)

Isto, pelo menos relativiza os tão decantados motivos que levavam os senhores a justificarem seus atos como sendo de "livre e espontânea vontade e sem constrangimento algum".

#### NOTAS DO III CAPÍTULO

- 1 - MATTOSO, Kátia M. de Queiróz - Ser Escravo no Brasil, S.P., Brasiliense, 1982, p. 194.
- 2 - MAESTRI FILHO, Mário José - Depoimentos de Escravos Brasileiros, S.P., Ícone, 1988, p. 59/62.
- 3 - LIVRO DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, C.G., 1865
- 4 - " " " " " " " " 1861
- 5 - " " " " " " " " 1883
- 6 - " " " " " " " " 1858
- 7 - " " " " " " " " 1887
- 8 - " " " " " " " " 1888
- 9 - " " " " " " " " 1859

- 10 - LIVRO DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, C.G., 1876
- 11 - VER-SE A ESTE RESPEITO - Cunha, Manuela Carneira da. Negros Estrangeiros: Os Libertos e sua volta a África, S.P., Brasiliense, 1987, p. 31/32.
- 12 - MATTOSO, Kátia M. de Queiróz - Notas sobre Tendências e Padrões dos Preços de Alforrias na Bahia (1819-1888). IN. REIS, JOSÉ JOÃO (ORG) Escravidão e Invenção da Liberdade, Sp, Brasiliense, 1988, p. 60/72.
- 13 - Id. Ibid, p. 63
- 14 - LIVRO DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, C.G., 1880
- 15 - MATTOSO, Kátia M. de Queiróz, op. cit, p. 96
- 16 - LIVRO DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, C.G., 1877
- 17 - LIVRO DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, C.G., 1867. Por esta época uma escrava na faixa etária de 41/42 anos estava valendo entre 400.000 e 500.000 mil réis, segundo algumas escrituras de compra e venda de escravos.
- 18 - A escrava Joana em 1883 pagou pela sua alforria ..... 300.000 mil réis. No inventário de seu proprietário foi avaliada em 400.000 mil réis.
- 19 - GALLIZA, Diana Soares de - O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888). J.P. Ed. Universitária/UFPB, 1979, p. 140-41.
- 20 - Além dos já citados trabalhos de Kátia Mattoso, ver: Almeida, Vilma Paraíso Ferreira de - Escravidão e Transição: O Espírito Santo (1850-1888), R.J., Graal, 1984, p. 146-154; Gorender, Jacob - O Escravidão Colonial, 5ª Ed. S.P., Ática, 1988, p. 352/358. Op. Cit., Cap. I e II; Galiza, op. cit, Cap. IV; Sousa, Lavra de Melo e Os Desclassificados: A Pobreza Mineira no Século XVIII R.J. Graal, 1986, p. 148/152.

- 21 - O estudo sobre a escravidão na Paraíba ainda está engatinhando os primeiros passos. Neste particular, destaca-se o trabalho da citada autora, talvez um dos primeiros a utilizar fontes cartoriais através de método sistemático na historiografia local.

Mesmo reconhecendo o valor enorme desta obra, em espe-  
cial a pesquisa empírica, entendemos que a mesma pade  
ce de problemas teóricos-metodológicos sérios. A im  
pressão que fica após a leitura do livro é de que o de  
clínio da escravidão na Paraíba foi um processo impe  
soal, cujo papel quase que absoluto coube às forças e  
conômicas internas e externas, que de forma mecânica  
levaram ao desmoronamento daquela forma de trábalho e  
vida social.

Neste quadro, pouco espaço restou para os conflitos e  
as ações dos sujeitos sociais envolvidos naquela trama  
histórica.

Além do mais, a autora é bastante preconceituosa quan-  
do mais uma vez lança mão do surrado argumento de que  
não incluiu o município de Campina Grande em sua pes  
quisa porque os "sediciosos do Quebra-Quilos" destrui  
ram a documentação. Passados mais de cem anos, a auto  
ra não avançou um milímetro em relação à versão dos do  
minadores que fizeram a crônica dos acontecimentos da  
quela insurreição popular.

- 22 - VIANNA, Marly de Almeida Gomes - A Estrutura de Distri  
buição de Terras no Município de Campina Grande (1840-  
1905), Dissertação de Mestrado, UFPB, 1985, p. 230/234.
- 23 - MATTOSO, Kátia M. de Queiróz, op. cit. p. 61.
- 24 - LIVRO DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, C. G., 1859.

- 25 - GALLIZA, Diana Soares de. Op. cit. p. 140
- 26 - CUNHA, Manuela Carneiro da. Op. cit. cap. II
- 27.- LIVRO DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, C.G., 1863.
- 28 - MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. Op. cit. p. 64-65. A au  
 tora argumenta em favor da utilização desta classifica  
 ção o fato de que nas Cartas o sufixo "inho", que acom  
 panhava a cor das crianças alforriadas e "velho" aos  
 mais de 50 anos. Neste sentido a faixa adulta, que a  
 brangia os maiores anos de vida produtiva, se situaria  
 entre 13 e 49 anos.
- 29 - ALMADO, Vilma Paraíso. Op. cit, p. 148.
- 30 - MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. Op. cit., p. 186
- 31 - LIVROS DE NOTAS? Cartório do 1º Ofício, C.G., 1876.
- 32 - Apesar de ser prática costumeira o escravo acumular  
 bens e formar um pecúlio com o qual geralmente compra-  
 va sua carta de liberdade, só em 1871 a chamada "Lei  
 do Ventre-Livre" o legalizou. O artigo 4º desta úl  
 tima ressalva que "É permitido ao escravo a forma -  
 ção de um pecúlio com o que lhe provier de doações,  
 legados e heranças, e com o que, por consentimento  
 do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O go  
 verno providenciará nos regulamentos sobre a coloca  
 ção e segurança do mesmo pecúlio". Ao mesmo <sup>TEMPO</sup> estalei  
 instituiu o fundo de emancipação, cujos proventos ser  
 viriam para libertar anualmente determinado número  
 de escravo nas Províncias do Império.

O antigo município de Campina Grande recebeu sete quo  
 tas entre os anos de 1879/1886, com as quais foram e  
 mancipadas 63 escravos. Se juntarmos com as 115 par

párculares que encontramos, teremos um total de 178 alforrias na segunda metade do século passado.

Sobre o tema ver especialmente, Gebara, Ademir - O Mercado de trabalho Livre no Brasil (1871-1888), S.P. Brasiliense, 1986, p. 29/75.

- 33 - LIVRO DE NOTAS, CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO, C.G., 1863
- 34 - " " " " " " " 1861
- 35 - " " " " " " " 1859
- 36 - " " " " " " " 1865
- 37 - " " " " " " " 1874. Segundo Horácio de Almeida "não eram poucos os filiados a Loja Segredo e Lealdade, única existente em Campina Grande". Vejam a este respeito; Almeida, Horácio de. História da Paraíba, J.P. Ed. Universitária/UEPB, 1978, vol. 2, p. 164; Albuquerque, A. Tenório D'. A Maçonaria e a Libertação dos Escravos, Ed. Aurora Limitada, 1970, p. 326/332.
- 38 - Citado In. Moura, Clóvis - Os Quilombos e a Rebelião Negra, S.P., Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 12) p. 8.

Juntamente com Octávio Ianni, Celso Furtado, Florestan Fernandes e mais alguns sociólogos e historiadores, da chamada "Escola Paulista", Fernando Henrique Cardoso na década de 60 e 70 começou a fazer a revisão da história do negro no Brasil no sentido de combater a famosa tese da benignidade do escravismo brasileiro, ainda em vago naqueles tempos de ditadura militar.

Se estas novas idéias significaram para época uma con

tribuição enorme para o tema, hoje algumas delas per  
deram fôlego e elas próprias são questionadas.

Em alguns momentos desta discussão o grande botim aca-  
dêmico em jogo era saber se o escravo era parte do ca  
pital fixo ou variável da "empresa escravista".

Toda a subjetividade dos homens e mulheres escraviza -  
dos, não só como agentes do processo de trabalho enquan  
to grupo diferenciado da sociedade escravista com to  
das as implicações que este processo acarreta em ter  
mos de resistência e acomodação, ficava prejudicado e  
obscurecido.

A respeito destas idéias, que posteriormente passaram  
a ser reconhecidas como "teoria do escravo-coisa" ver  
o excelente artigo recentemente publicado - CHALHOUB,  
SIDNEY - Os Mitos da Abolição. In Trabalhadores (Es -  
cravos), nº 1. Campinas, Sec. Mun. de Cultura, Esporte  
e Turismo, 1989, p. 36/40

- 39 - Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício, C.G., 1859.
- 40 - BELLINI, Lígia - Por amor e por interesse: A Relação  
Senhor-Escravo em cartas de alforria. In Réis, João Jo  
sé (Org) Escravidão e Invenção da Liberdade, SP., Bra  
siliense, 1988, p. 85.
- 41 - Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício, C.G., 1863.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

E assim estamos chegando ao final de nosso trabalho monográfico. A esta altura algumas reflexões se fazem necessárias.

Vimos que o trabalho escravo teve uma importância bem mais acentuada do que a maior parte dos estudiosos da história de Campina Grande supunham. A catalogação e a análise do material pesquisado, em especial os inventários, demonstraram que mesmo numa época de crise da instituição (como era a conjuntura da seg. metade sec. XIX) as relações de produção escravista ainda se faziam presentes.

Para as características sócio-econômicas da região, o número de escravos foi considerável. Campina Grande tinha como principais atividades econômicas a produção do algodão, muitas vezes consorciada com culturas de subsistência, além da pecuária. E em todas estas atividades, os escravos foram empregados.

Apesar de haver uma tendência à concentração de grande número de escravos nas mãos dos maiores comerciantes e proprietários ligados ao algodão, a ponto de nos anos que antecederam a abolição terem sido estes os únicos que conseguiram preservar seu plantel de escravos, vimos também que a oferta de escravos foi relativamente elástica. Um grande número de homens livres chegou a possuir pelo menos de 1 a 4 escravos, a ponto de a maior parte dos proprietários de Campina Grande estar situado, em termos de padrão de posse, nesta faixa.

Não era para demonstrar orgulho que as famílias campinenses possuíam escravos, como afirma Irineo Joffily.

Na verdade os proprietários locais, a exemplo de sociedade escravista no Brasil como um todo, possuíam escravos fundamentalmente para explorar o seu trabalho e desta forma com pensar os altíssimos investimentos empregados em sua aquisição. Neste sentido, ter escravos e terras era o que media a riqueza e o status social das pessoas no antigo município de Campina Grande.

Submetido a relações socio-históricas de exploração e controle social, aqueles homens e mulheres escravizados não só trabalharam, mas moldaram profundamente a história da sociedade campinense. A partir das próprias experiências cotidianas de vida em suas relações com os senhores, os escravos lutaram, resistiram mas também negociaram e se acomodaram.

Neste ponto, refletimos sobre a consciência possível (condicionada historicamente) da classe dos escravos, construída e refeita a cada embate, a cada negociação. Ao atentar contra os seus senhores, cometer pequenos furtos ou participar de movimentos sociais, como foi o caso de Quebra-Quilos, o fazer história dos escravos se afirmava cotidianamente e a sua auto-percepção como sujeito histórico vinha à tona. O próprio tema da luta de classes, neste sentido, ganha novos contornos e perde a carga profundamente abstrata que costumamos constatar na maioria dos autores que trabalham os conflitos sociais subjacentes à sociedade escravistas do novo mundo.

Através das Cartas de Alforria pudemos perceber toda a complexidade da relação senhor-escravo em Campina Grande. Se por um lado estas atendiam a certos interesses

dos senhores, por outro os escravos ao aceitarem estas regras procuravam alargá-la em seu próprio benefício, no sentido de alcançar a tão sonhada e poucas vezes efetivada liberdade.

Como podemos perceber ao longo de todo o nosso trabalho, a imagem que tentamos construir dos escravos está bem distante de certos esteriótipos que a historiografia brasileira lhe atribui.

Ao escravo dócil e perfeitamente adaptável ao sistema se contrapôs posteriormente o escravo permanentemente rebelado. Hoje uma boa parte dos trabalhos que versam sobre o nosso tema, buscam superar estas duas visões unilaterais.

Recuperar a voz e o fazer história daqueles homens e mulheres escravizados não significa transformá-los em vítimas da história, nem tampouco em heróis, mas sim entendê-los à luz dos condicionamentos históricos.

O nosso trabalho procurou seguir este caminho alternativo, aonde foi priorizada o diálogo com as fontes documentais utilizadas. Nestas, além dos Zumbis e Pai João, outros tipos e imagens humanos vieram à tona surpreendendo com certeza os que não supunham encontrá-los com seus esquemas teóricos previamente estabelecidos.

Quanto aos méritos do nosso esforço, cabe aos caríssimos leitores e leitoras julgarem.

## 1. FONTES DOCUMENTAIS

- 1 - Inventários Post Moten, Cartório do 3º Ofício, C.G., 1850 - 1888.
- 2 - Livros de Notas, Cartório do 1º Ofício, C.G. 1858-1888.
- 3 - Processos-Criminais, Primeiro Cartório Criminal, C.G., 1872-1888.

## 2. TESES, MONOGRAFIAS, REVISTAS, ARTIGOS E SEPARATAS

1. - ALBUQUERQUE JR., Duval Muniz - Palas de Angústis, Palas de Astúcias: A Seca no Imaginário Nordestino (1877 - 1922). De Problema à Solução. Dissertação de Mestrado UNICAMP, 1988 (Mimeografado).
2. - SILVA, Josefa Gomes de Almeida e - Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria. Dissertação de Mestrado, UTPE, 1985. (Mimeografado).
3. - VIANNA, Marly de Almeida Gomes - A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840 - 1905). Dissertação de Mestrado, UFPB, 1985. (Mimeografado).
4. - JORDÃO, Antônio Barbosa - Estudo dos Batistórios de Escravos em Bananeiras (1871-1888). Monografia de Conclusão de Curso, UTPB, 1985. (Mimeografado).
5. - Escravidão - Revista Brasileira de História, V. 8, nº 16 (Nº Esp.SP.ANPUH/Marco Zero, março-agosto de 1988).

- 6 - Escravos, Trabalhadores, vol. 1, nº 1, Campinas - Sec. de Cultura, Esportes e Turismo, 1989.
- 7 - Negros Brasileiros - Encarte Especial Ciência Hoje, v. 8, nº 48, RJ, SEPC, novembro de 1988.
- 8 - O Protesto Escravo I - Estudos Econômicos, v. 17, número Especial, SP., IPE-USP, 1987
- 9 - O Protesto Escravo II - Estudos Econômicos, v. 18, número especial, SP., IPE-USP, 1988.
- 10 - HOFFNAGEL, Mar - O Trabalho Livre, Marginalização e Manifestações Políticas: Os Brancos Pobres na Sociedade Paraibana. UFPE, Mimeografado (sem data).
- 11 - LIMA, Luciano Mendonça de - A Rebelião dos Malôs na Bahia (1835). Gazetão do Sertão, C.G., 13.5.89.
- 12 - MELO, Josemir Camilo de. - Quilombo em Pernambuco no Século XIX: Uma contribuição à História Social. Revista do Arquivo Público, Recife, 31.31.(33-34), 1977-78 (Exemplar Kerocado).
- 13 - OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. - Tem-se o Som de uma Árvore que cai, quando não há nenhum Homem por perto?: Considerações sobre Leituras de Sistemas de Repressão, Campinas, UNICAMP, 1989 (Mimeografado).
- 14 - GORENDER, Jacob - Questionamentos sobre a Teoria do Escravismo Colonial. In. Estudos Econômicos, v. 13, nº 1, SP., IPE-USP, 1983 (Separata).

- 12 - CARDOSO, Ciro F. - Agricultura, Escravidão e Capitalismo Petrópolis, vazes, 1979.
- 13 - \_\_\_\_\_ - A Afro-América: A Escravidão do Novo Mundo, SP, Brasiliense. (Tudo é História, 44).
- 14 - \_\_\_\_\_ - (Org) - Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas, RJ. Jorge Zahar Editor, 1988.
- 15 - \_\_\_\_\_ - Escravo ou Camponês? O Protocampensinato Negro nas Américas, SP., Brasiliense, 1987.
- 16 - CARDOSO, Fernando H. - Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Soc. Escravocrata do R.G. do Sul, 2ª ed., RJ., Paz e Terra, 1977.
- 17.- CASERO, Hebe Maria Mattos de - Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo, SP., Brasiliense, 1987.
- 18.- CHAMOUÉ, Sidney - Trabalho, Lar e Botiquim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, SP., Brasiliense, 1986.
- 19 - CONRAD, Robert - Os últimos anos da Escravatura no Brasil (1850-1888), 2ª ed. RJ., Civ. Brasileira, 1978.
- 20 - \_\_\_\_\_ - Tumbeiros: O Tráfico de Escravos para o Brasil, SP., Brasiliense, 1985.
- 21 - COSTA, Emília Viotti da. - Abolição, 3ª edição, SP., Global, 1986.
- 22 - CUNHA, Manuela Carneiro da. - Negros, Estrangeiros: Os Escravos Libertos e sua volta à África, SP., Brasiliense, 1985.
- 23 - EISENBERG, Peter L. - Modernização sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco (1840-1910) RJ., Paz e Terra/UNICAMP, 1977

- 24 - FREITAS, DÉCIO - Escravos e Senhores de Escravos, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- 25 - FREYRE, Gilberto. - Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob Regime de Economia Patriarcal , 14ª ed, RJ., José Olympio, 1969.
- 26 - \_\_\_\_\_ . - O Escravo nos Anúncios de Jornais do Século XIX, SP., Companhia Ed. Nacional, 1979.
- 27 - FURTADO, Cêlso. - Formação Econômica do Brasil, 22ª ed. SP., Ed. Nacional, 1987.
- 28 - GALLIZA, Diana Soares de. - O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888), JP., Ed. Universitária/UEPB, 1979.
- 29 - GEBARA, Ademir. - O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888), SP., Brasiliense, 1986.
- 30 - GENOVESE, Eugene D. - A Terra Prometida: O Mundo que os Escravos Criaram, v. 1, RJ., Paz e Terra, 1988.
- 31 - GORENDER, Jacob. - O Escravismo Colonial, 5ª ed., SP., Ática, 1988.
- 32 - \_\_\_\_\_ . - A Burguesia Brasileira, SP., Brasiliense, 1981, (T.H, 29)
- 33 - \_\_\_\_\_ . - Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro, Porto Alegre, Mercado Aberto. 1987.
- 34 - GOULAR, Alípio - Da Fuga ao Suicídio: Aspectos da Rebelião dos Escravos no Brasil, RJ., Conquista/INL, 1972.
- 35 - IANNI, Otávio - Escravidão e Racismo, SP., Hucitec, 1978.
- 36 - JANOTTE, Maria de Lourdes Mônico - A Balaiada, SP., Brasiliense, 1987 (Tudo é História, 117).

- 37 - JOFFILY, Geraldo Irineo - Um Cronista do Sertão no Século Passado, C.G., Edições da Comissão Cultural do município/P.M.C.G., 1965.
- 38 - JOFFILY, Irineo - Notas sobre a Paraíba, Brasília, THESAURUS, 1977.
- 39 - JOFFILY, José - Entre a Monarquia e a República: Idéias e Lutas de Irineo Joffily, RJ. Kosmos, 1982.
- 40 - KLEIN, Herbert S. - A Escravidão Africana: América Latina e Caribe, SP., Brasiliense, 1987.
- 41 - KOWARICH, Lúcio. - Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho Livre no Brasil, SP., Brasiliense, 1987.
- 42 - LAINNA, Ana Lúcia Duarte. - A Transformação do Trabalho: A Passagem para o Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920), Campinas, Ed. da UNICAMP, Brasília, CNPq, 1988.
- 43 - LARA, Silvia Knold - Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do R. de Janeiro (1750-1808), RJ. Paz e Terra, 1988.
- 44 - LEAL, José. - Itinerário da História: Imagem da Paraíba entre 1518 e 1965., JB, Sec. Educ. do Estado da Paraíba, 1965.
- 45 - LIMA, Lane Lage da Gama. - Rebelião Negra e Abolicionismo, RJ., ACHIEME, 1981.
- 46 - MACHADO, Maria Helena P.T. - Crime e Escravidão. Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830 - 1888), S.P., Brasiliense, 1987.
- 47 - MACIEL, Cleber da Silva. - Discriminações Raciais: Negros em Campinas(1888-1921) Campinas, Ed. da UNICAMP, 1987.

- 48 - MABSTRI, Filho Mário José. - Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas, Porto Alegre, Est. UCS, 1979.
- 49 - \_\_\_\_\_ - Depoimentos de Escravos Brasileiros, SP., Ícone, 1988
- 50 - \_\_\_\_\_ - O Escravo Gaúcho: Resistência e Trabalho. SP., Brasiliense, 1984 (Tudo é História, 93).
- 51 - \_\_\_\_\_ - Breve História da Escravidão - Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987
- 52 - \_\_\_\_\_ - Serviidão Negra: Trabalho e Resistência Escrava no Brasil, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- 53 - MAIA, Nayala de Sousa Ferreira. - Açúcar e Trabalho Livre em Pernambuco (1874-1904), Recife, FASA, 1985.
- 54 - MAIOR, Armando Souto - Quebra-Quilos: Lutas Sociais no Outono do Império, SP., Ed. Nacional, INL, Recife: INST. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.
- 55 - MARIZ, Celso. - Evolução Econômica da Paraíba, JP., A União Editora, 1939.
- 56 - KARL, Marx. - Para a Crítica da Economia Política, 2ª edição, SP. Nova Cultura, 1986 (Os Economistas).
- 57 - MATTEOSO, Kátia M. De Queiróz - Ser Escravo no Brasil , SP. Brasiliense, 1982.
- 58 - \_\_\_\_\_ - Família e Sociedade na Bahia do Século XIX, SP, Corrupio, 1988.
- 60 - MILLET, Henrique Augusto - O Quebra-Quilos e a Crise da Lavoura, 2ª edição, SP., Global, Brasília, INL, 1987.

- 61 - MONTEIRO, Hamilton de Mattos - Nordeste Insurgente (1850-1890), RJ., Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 10).
- 62 - MOURA, Clóvis - Os Quilombos e a Rebelião Negra, SP., Brasiliense, 1981 (Tudo é História, 12).
- 63 - NABUCO, Joaquim - Minha Formação, RJ., Ed. Tecnoprint, 1966.
- 64 - OCTÁVIO, José - A Escravidão na Paraíba: Historiografia e História (Preconceitos e Racismo numa Produção Cultural, JP. A UNIÃO, 1988.
- 65 - PINHEIRO, Paulo Sérgio (ORG) - Trabalho Escravo, Economia e Sociedade, RJ., Paz e Terra, 1984.
- 66 - PINTO, Irineu Ferreira - Dados e Notas para a História da Paraíba, JP., Ed. Universitária/UFPB, 1977. v. 2.
- 67 - PORTO, Waldice Mendonça - Paraíba em Preto e Branco, JP, A UNIÃO, 1978.
- 68 - PRADO, JR. Caio - Formação do Brasil Contemporâneo, 18ª edição, SP., Brasiliense, 1983.
- 69 - REIS, João José - Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835), SP, 1985.
- 70 - \_\_\_\_\_ - (ORG) Escravidão e Invenção da Liberdade, SP, Brasiliense, 1988.
- 71 - RUY, Affonso - A Primeira Revolução Social Brasileira, 2ª edição, SP., CEN, Brasília, INL, 1978.
- 72 - SAES, Décio - A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891), RJ, Paz e Terra, 1985.
- 73 - SANTOS, Ronaldo Marcos dos - Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo (1885-1888) SP, IPE USP, 1980.

- 74 - SCHWARZ, Lilia Moritz - Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadões em São Paulo no Final do Século XIX, SP, Companhia das Letras, 1987.
- 75 - SCHWARTZ, Stuart B - Segredos Internos: Engenheiros e Escravos na Sociedade Colonial (1850-1835), SP, Companhia das Letras/CNPq, 1988.
- 76 - SILVEIRA, Rosa Maria Godoy - O Regionalismo Nordestino, SP., Moderna, 1984.
- 77 - SMIT, Johanna - O que é Documentação, SP., Brasiliense, 1986 (Primeiros Passos, 174).
- 78 - SOUSA, Laura de Mello e. - Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII, RJ, Graal, 1986.
- 79 - VAINTAS, Ronaldo. - Ideologia e Escravidão: Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial, Petrópolis, Vozes, 1986.
- 80 - VERGIER, Pierre - Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos Séculos XVIII a XIX, SP. Corrupio, 1987.